

54-61-66

«O TEMPO E O MODO» N.º 2-63
Provas enviadas à Censura em
22 de 11 de 1968

INTRODUÇÃO A HERBERT MARCUSE

Jorge Correia Jesuíno

342

1. Herbert Marcuse nasceu em Berlim em 1898 e fez os seus estudos nas universidades de Berlim e de Freiburg. Saiu da Alemanha em 1933 e reside nos Estados Unidos desde 1934. Foi professor de sociologia na Universidade de Harvard e de filosofia e política na de Boston. É actualmente professor de ciências políticas na universidade de S. Diego na Califórnia.

Marcuse foi, juntamente com Adorno e Horkheimer, membro fundador daquilo que veio a ser conhecido com o nome de «Escola de Frankfurt», surgida à volta de 1930. Os ensaios de Marcuse desse período foram recentemente publicados com o título de «Kultur und Gesellschaft». Uma das características da escola de Frankfurt que ultimamente parece estar a exercer grande influência na filosofia e sociologia alemãs, consiste em desenvolver um esforço de síntese, integralmente numa visão unitária as contribuições de disciplinas sociais normalmente compartimentadas. Em Marcuse pode detectar-se idêntica orientação. O seu vocabulário reclama-se da psicanálise, da filosofia, da antropologia, da sociologia e até mesmo da interpretação dos mitos. Marcuse publicou nomeadamente:

Em alemão: *Hegels Ontologie und die Grundlung einer Theorie der Geschichtlichkeit* (1932); *Studien uber Autoritat und Familie* (em colaboração com Adorno) (1936); *Kultur und Gesellschaft* (1965).

Em inglês: *Reason and Revolution* (1941); *Eros and Civilization* (1955);

SEDE DE CENSURA
CORTADO

Pag - 4 Foto 1 a 2 coladas

64-61-66
«O TEMPO E O MODO» N.º 2-63
Provas enviadas à Censura em
22 de de 1968

Soviet Marxism (1958); *One Dimensional Man* (1964); *Repressive Tolerance* (in *A Critique of pure Tolerance*) (1965); *Negations*.

No exame que se segue limitar-nos-emos a «Eros and Civilization» e a «One Dimensional Man», obras que, segundo nos parece, contêm os aspectos mais decisivos do pensamento de Marcuse. Resta, para concluir esta breve introdução, situar o interesse da figura. Antes de mais pela relação que tem sido estabelecida entre o pensamento de Marcuse e os movimentos dos estudantes, primeiro a propósito da revolta dos estudantes de Berlim, depois as manifestações dos estudantes americanos e enfim os acontecimentos de Maio em Paris, relação essa que lhe tem conferido um largo êxito. Em entrevista concedida a *L'Express* (n.º 898 23/9/68) declara contudo Marcuse que, embora solidário dos movimentos dos estudantes, não se considera seu porta-voz. *Foram a imprensa e a publicidade», acrescenta, «que me deram este título e que fizeram de mim uma mercadoria bastante vendável».*

Na verdade a obra de Marcuse está a ser vítima daquilo que ele não se cansa de denunciar: Vulgarização massiva e publicidade grosseira conduzindo a uma neutralização do seu próprio conteúdo. Para além desta associação accidental e passageira, parece-nos, contudo, que a obra de Marcuse se reveste de incontestável interesse pelo diagnóstico que elabora e pela consciência crítica que ajuda a formar.

2. No «Interlúdio Filosófico», título do cap. V de *Eros e Civilização*, desenvolve Marcuse uma interpretação filosófica da teoria freudiana da civilização e uma interpretação freudiana da tradição ontológica que constitui talvez, a melhor introdução ao seu pensamento filosófico.

Percorrendo em rápido sobrevôo a história da filosofia ocidental, de Aristóteles a Hegel, salienta Marcuse a persistência duma visão ontológica opondo um sujeito a um objecto que lhe é radicalmente heterogéneo. A natureza é assim considerada como algo a combater, e o Logos, essência do ser, «apresenta-se como uma lógica da dominação». Não se limita contudo a filosofia a exprimir esse radical antagonismo ontológico. Propõe também por outro lado «uma imagem da sua reconciliação». Em Aristóteles a reconciliação verifica-se ao nível do divino que contém a unidade última do sujeito e do objecto, do objecto, na ideia der-em-si e para-si e é essa ideia que se manterá em toda a filosofia ulterior como paradigma da realização plena do ser, do reino da liberdade e da razão. A ideia absoluta Hegel, com que culmina a filosofia ocidental, é herdeira longínqua da concepção aristotélica do «nous theos».

O importante é salientar nesta tradição ontológica é todavia o facto de

343
SERVIÇOS DE CENSURA
RECEBIDO
SERVIÇOS DE CENSURA
(SEDE)
RECEBIDO

64-61-66

«O TEMPO E O MODO» N. 2-63

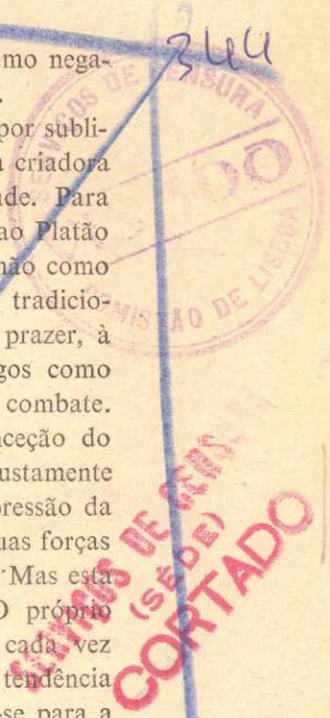
Provas enviadas à Censura em
22 de de 196...

o mundo empírico ser considerado essencialmente como matéria, como negatividade, estando a perfeição completa reservada à esfera do ideal.

Isto corresponde, em termos freudianos, ao processo designado por sublimação e que consiste na transformação da energia da libido em energia criadora de expressões mentais superiores, sob a égide do princípio de realidade. Para Freud, porém, e socorrendo-nos duma outra tradição que remonta ao Platão dos primeiros diálogos e a Nietzsche, o ser é definido como Eros e não como Logos. Significa isso que para Freud e contrariamente ao esquema tradicional, a essência do ser pertence sobretudo à esfera do princípio de prazer, à receptividade, à imanência, ou seja, justamente aquilo que o Logos como razão, mais ligado ao princípio de realidade e à transcendência, combate.

A concepção freudiana é contudo ambígua porque desta concepção do ser como Eros deduz Freud que a civilização é tornada possível justamente mediante a inibição dos impulsos primários, isto é, mediante a repressão da sexualidade e dos impulsos de destruição. É da conjugação destas duas forças repressivas que Eros sai vitorioso, que a vida ganha sobre a morte. Mas esta vitória, precisamente porque baseada na repressão, é precária. O próprio progresso da civilização exige que essas forças repressivas sejam cada vez maiores, o que equivale a dizer que ao progresso se associa uma tendência regressiva e que a civilização tende em última instância a polarizar-se para a quietude final, para o estado inorgânico. Eros, pelo seu próprio desenvolvimento, cede o passo a Thanatos. Um dualismo básico impregna pois a teoria freudiana, expresso aliás de forma bem evidente pela bipolaridade tanto dos princípios fundamentais como dos impulsos primários. É fundamentalmente esta concepção dualista de Freud que Marcuse procura contestar e corrigir opondo-lhe aquilo a que poderia chamar-se um morismo crítico e é com base numa tal concepção que Marcuse concluirá, igualmente contra Freud, que uma civilização não repressiva constitui uma possibilidade histórica e que as razões que assim permitem concluir não estão em desacordo com a teoria freudiana dos impulsos.

Marcuse começa por examinar o princípio de realidade tal como Freud o estabeleceu. Para Freud existem dois grandes princípios: o princípio de prazer e o princípio de realidade, este não sendo mais do que uma modificação daquele com vista a permitir um ajustamento à realidade. A satisfação imediata dos desejos é diferida, desse modo se garantindo uma satisfação menos errática e compatível com a segurança da espécie. O princípio de realidade é pois por natureza própria, repressiva. Tudo isto se afigura, em princípio, correcto. Freud foi, porém, muito longe ao hipostasiar o princípio de realidade, isto é, ao considerar a forma histórica de que este princípio se reveste como permanente, inerente à espécie. É neste ponto que Marcuse diverge.



64-65-66

«O TEMPO E O MODO» N.º 62-63

Provas enviadas à Censura em
22 de 11 de 1968

Para Freud existe um conflito essencial entre os dois princípios e esse conflito é inevitável porque é provocado pela luta pela existência, a qual se processa no quadro de uma penúria, duma insuficiência básica. Isso, porém, equivale a reconhecer, dirá Marcuse, a organização repressiva dos impulsos não resulta da própria natureza destes, mas de factores a eles externos. É certo que ao princípio de realidade sempre tem estado associada a repressão. Isso é, porém, um facto histórico e que coincide com a espécie apenas na medida em que esta sempre tem estado sujeita às condições duma economia de escassez. Freud não considerou a possibilidade duma superação da penúria e precisamente por isso hipostasiou o antagonismo entre princípio de prazer e princípio de realidade. Se atentarmos porém nos meios já alcançados pelo progresso técnico e na perspectiva duma vitória sobre a penúria, resulta necessária rever as formas assumidas pelos princípios fundamentais e examinar inclusivamente se eles não poderiam convergir numa relação não conflituosa que viesse a alterar por completo as bases da civilização actual.

Para validar esta hipótese haveria que mostrar a possibilidade dum desenvolvimento não repressivo da libido no quadro duma sociedade avançada ou seja, como diz Marcuse, que a libertação instintual não é incompatível com o trabalho socialmente útil.

Ora é o próprio Freud, ao reconhecer no imaginário uma dimensão não sujeita ao princípio de realidade, que fornece a chave para uma tal validação e esse é o fio de Ariadne que Marcuse segue. Mas enquanto que para Freud o imaginário remete para um passado sub-histórico, isto é, para um estado anterior ao princípio de realidade, para Marcuse ele projecta-se igualmente para o futuro, tendendo a libertar a realidade histórica e a afirmar uma nova ordem para além do princípio da realidade. É certo que no universo actual a dimensão do imaginário se exprime apenas no devaneio ou no domínio restrito da arte e aqui sob formas alienadas. O problema que todavia se levanta é o de saber em que medida essa situação não poderia igualmente ser superada vindo a estética, hoje em dia simples ornamento de uma sociedade repressiva, a assumir uma função generalizada governando inteiramente a existência humana. Shiller é aqui invocado por Marcuse como tendo formulado pela primeira vez uma tal possibilidade. Para Shiller é pela beleza que se caminha para a liberdade, sendo o instinto de jogo o veículo duma tal libertação. O homem seria então livre de jogar com as suas faculdades e com as da natureza e uma nova ordem não repressiva surgiria, uma ordem que seria beleza e pela qual o trabalho se transformaria em jogo.

Um tal esquema equivale, voltando à terminologia freudiana, à reconciliação do princípio de realidade e do princípio de prazer. Mas importa observar, insiste Marcuse, que uma tal ordem pressupõe superadas as exigências da

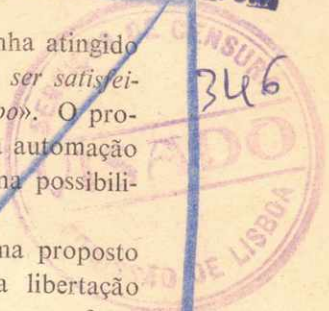
245
CENSURA
CORTADO
COMISSÃO DE CENSURA
(S. E. DE)
LISBOA

64-61-66

«O TEMPO E O MODO» N.º 62-63

Provas enviadas à Censura em
22 de de 1968

346



SEMPRE DE CENSURA
(SÉ DE)
CORTADO

necessidade, ou seja, ela só seria possível quando a civilização tenha atingido um alto grau, «quando todas as necessidades fundamentais possam ser satisfeitas com um mínimo de energia física e mental num mínimo de tempo». O prodigioso desenvolvimento atingido e a perspectiva já próxima duma automação generalizada levam porém a supor que um tal grau constitua uma possibilidade histórica concreta.

Resta no entanto examinar certas dificuldades que o esquema proposto parece comportar, como seja designadamente eventualidade da libertação instintual resultante da des-sublimação da razão conduzir a um regresso a fases anteriores da libido ameaçando de destruição a própria sociedade. Esse receio, responde Marcuse, resulta de se considerar a libertação instintual ainda no interior das instituições repressivas, libertação essa que levaria sem dúvida a uma explosão dos impulsos reprimidos. Mas a libertação a que aqui se alude seria sobretudo expansiva, a sexualidade tenderia para a sua própria sublimação, desdobrando a sua própria racionalidade e «fundando relações estáveis entre indivíduos plenamente adultos». Esse é o processo que Marcuse designa como a transformação da sexualidade em Eros, entendendo por Eros, de acordo com Freud, um instinto biológico muito lato, criador de cultura, o qual levaria a um «refinamento contínuo do organismo, à intensificação da receptividade, ao desenvolvimento da sensibilidade». Actividades como a «abolição do trabalho alienado, a melhoria do meio, a vitória sobre a doença e a velhice, a criação do *ludo*» derivariam pois directamente do princípio de prazer e o mesmo tempo elas levariam a uma superação da repressividade do princípio de realidade, transformando o trabalho, que associa os indivíduos em unidade cada vez mais ricas e alargadas, em jogo. A dimensão de utilidade social, encarnada pelo princípio de realidade, não se perderia contudo. Na verdade a satisfação instintual proporcionada pelo jogo não depende, afirma Marcuse baseado em estudos recentes, do seu conteúdo específico. O trabalho na medida em que proporcionasse pois uma satisfação em si, tenderia a transformar-se em jogo sem contudo perder o seu conteúdo específico de trabalho.

O modelo que Marcuse propõe parece pois, como ele próprio indica, muito próximo da utopia socialista dum Fourier, depurada esta da maquinaria repressiva instalada no seu centro como ganrantia de efectividade.

O termo utopia, aplicado às especulações de Marcuse, suscita, porém, alguns reparos. Como ele próprio previne a noção de utopia deixa de ter sentido se, em vez de orientarmos a construção dum desenvolvimento repressivo para um passado mítico e orientarmos para o presente histórico e para a civilização avançada. Seria, de resto contra-senso interpretar a teoria de Marcuse como uma descrição primária dum el-dorado próximo onde as pessoas, conservando os comportamentos e hábitos por que actualmente se definem,

64-65-66

«O TEMPO E O MODO» N. 62-63

Provas enviadas à Censura em
22 de de 1968

347

conhecessem enfim a satisfação plena de todos os seus caprichos. Uma modificação civilizacional a realizar-se segundo os vectores traçados por Marcuse afectaria antes de mais o próprio homem tanto no seu ser individual como colectivo. E este homem novo, tornado historicamente possível pela vitória sobre a escassez económica, não mais estaria sujeito — diz-nos uma reflexão aprofundada da teoria dos impulsos — aos conflitos e às repressões que actualmente conduzem justamente a não conceber a liberdade senão como espontaneidade explosiva e anárquica.

Para além do princípio de realidade não significa que um ajustamento à realidade, expresso pela vitória de Eros, constituindo conjuntos cada vez mais alargados, não seja possível e até mesmo essencial. E assim uma certa repressão — a repressão que Marcuse designa como repressão fundamental para a distinguir da sobre-repressão que a esta se acrescenta pelo objectivo da dominação social — seria irredutível, não se concebendo outro modo a sobrevivência da espécie humana.

Um outro factor que corrige a «utopia» é o «facto bruto da morte», negando dum vez por todas a possibilidade dum existência não-repressiva. Marcuse claramente a reconhece como uma necessidade última, à qual apenas pode opôr, como compensação, uma vida plena em que razão e instintos se reunissem em luta aberta contra ela. Pode concluir-se em suma, que a intenção de Marcuse não consiste em traçar uma visão utópica, mas antes desenvolver as alternativas históricas dum civilização, em que, superada a penúria, toda a racionalidade fosse investida no pleno desenvolvimento não repressivo das virtualidades humanas.

Apesar disso, e mesmo assim corrigido, um tal quadro afigura-se de realização longínqua, e em presença das características e tendências predominantes dos sectores em que a civilização atingiu expressões mais altas, possibilitando inclusivamente a viragem qualitativa enunciada, nada parece autorizar tal confiança antes pelo contrário conduz ao adensamento do pessimismo legado por Freud.

Poderia dizer-se que, em grande medida, o próprio Marcuse adere a um tal cepticismo, afigurando-se-lhe muito problemático que a sociedade tal como ela se oferece ao observador actual, promete a viragem libertadora pela qual a civilização tradicionalmente prometaica se superasse nas imagens pacificadas de Orfeu e Narciso, que o mito nos propõe, e que Marcuse interpreta como encarnações paradigmáticas de Eros: o Eros órfico cuja linguagem é canto e cujo trabalho é jogo; e o Eros narcísico cuja vida é beleza e contemplação.

SEMPRE DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

64-65-66
62-63

«O TEMPO E O MODERNO» N.º 62-63
Provas enviadas à Censura em
12 de de 1968

348

ESTADO
LISBOA

SECRETARIA DE CENSURA
(SEDE)
CORTADO

3. No prefácio à edição francesa de *O Homem Unidimensional* datada de Fevereiro de 1967, escreve Marcuse ter sido acusado de negar a existência de contradições internas na estrutura do capitalismo. Pelo contrário, responde Marcuse, o seu livro mostra claramente quessas contradições subsistem e se tornaram mesmo mais fortes e gritantes do que nas fases anteriores do seu desenvolvimento. Assumiram contudo aspectos originais que dão à sociedade industrial avançada uma fisionomia nova e particularmente inquietante.

Na verdade o progresso técnico atingiu já um nível de desenvolvimento que deixa antever uma vitória sobre a penúria abrindo novas perspectivas à aventura humana. Para que assim fosse todo o esforço deveria, porém, ser investido numa melhoria da condição humana, e orientar-se, como diz Marcuse, para a pacificação da existência. Uma tal opção não parece contudo estar na ordem do dia. Pelo contrário tudo indica que a sociedade tende a perpetuar o reino da necessidade na medida em que o esforço produtivo é absorvido em grande parte por uma economia baseada na defesa e no esbanjamento.

Esta é a contradição básica do mundo actual, aí reside o «carácter racional da sua irracionalidade». É certo que a análise de Marcuse visa sobretudo as sociedades tecnolfgicamente avançadas, nomeadamente a dos Estados Unidos. Isso não constitui, porém, limitação mas exemplaridade se se atender a que a sociedade americana afirma cada vez mais a sua licença e poder tendendo a tornar-se no modelo não só dos países capitalistas como até mesmo dos socialistas.

O sistema revela a sua eficácia bloqueando as alternativas em todos os domínios. Na esfera político-social vários factores para isso contribuem avultando a integração da classe operária a qual não incarna a contradição viva da sociedade estabelecida. Nivelção que não corresponde contudo a uma libertação: os homens continuarão servos enquanto continuam a ser reduzidos ao estado de coisas, o que na verdade se passa. O sistema justifica-se a si próprio — e aí reside a sua «racionalidade» — pelo acréscimo de produtividade e pela melhoria constante dos membros que a constituem. Progresso todavia discutível: o super-consumo traduz-se sobretudo em desperdício, na satisfação de interesses imediatos e artificiais impostos pela própria engrenagem. Basta dizer que a população dos Estados Unidos que constitui 6% da população do globo consome 50% da produção mundial. Desse modo se intoxicam os indivíduos e se sufoca qualquer tentativa de mudança qualitativa. É isto que define o «comportamento político inidimensional» o qual tende a manter o *statu* que é a orientar a sociedade para uma administração completa e total que deixa para trás as antecipações erwellianas.

Tal conyicção igualmente se evidencia ao considerarmos o que se passa no domínio da cultura, domínio onde a contestação tradicionalmente se expri-

64-65-66

«O TEMPO E O MODO» N. 62-63

Provas enviadas à Censura em
22 de Novembro de 1968



mia, onde se representava a «consciência infeliz» dum mundo dividido, dando à sociedade a sua estrutura bi-dimensional. Porque a arte, escreve Marcuse, mesmo quando integrada na sociedade como foi o caso das artes egípcias, grega e gótica, «*mesmo ritualizada, continha a racionalidade da negação*». Na medida em que projectavam um mundo diferente — a catedral gótica contrastando com a cidade medieval — ela era a Grande Recusa e protesto contra aquilo que existe.

Ora o que se passa actualmente é que a Grande Recusa é recusada. E como: negando-a? proibindo-a? Isso equivaleria a relegá-la para uma clandestinidade onde ela tantas vezes se tem alojado e onde mantém o seu fascínio e o seu poder de subversão, alertando e consciencializando.

A originalidade dos processos actuais reside contudo em evitar tanto quanto possível o terrorismo, preferindo o processo muito mais eficiente de neutralização do seu próprio conteúdo mediante uma distribuição massiva na ordem estabelecida.

Não se nega que o cinema, o livro de bolso, o disco, a reprodução sejam, em si mesmos, um benefício real. Simplesmente prematura como é a difusão em tão larga escala ela acaba por redundar numa pseudo-promoção cultural. A cultura perde a sua transcendência, sendo assimilada apenas nos seus aspectos mais superficiais, reduzindo-se à distância que fazia dela o espaço privilegiado da sublimação.

Verifica-se assim uma des-sublimação a qual não é todavia libertadora mas repressiva na medida em que limita a plenitude instintual. Em grande parte a desvirtuação da cultura resulta do progresso da civilização tecnológica permitindo uma satisfação material cada vez maior e atingindo inclusivamente o domínio do raro, dos valores mais selectos produzidos pelo génio humano. O mundo parece assim menos hostil à satisfação dos desejos mas, simultaneamente, «os indivíduos são condicionados para uma aceitação passiva daquilo que lhes é oferecido». Da conjugação dessas duas tendências, processo que Marcuse designa como «*des-sublimação controlada*», resulta uma «*compressão da energia erótica*», a qual se traduz por uma «*libertação simultânea da sexualidade e da agressividade*». Ambas as tendências são bem patentes na sociedade actual.

A liberdade sexual não corresponde com efeito a uma expansão da libido, a uma vitória do Eros, compreendido este na sua acepção mais ampla de plenitude instintual. Pelo seu carácter parcial — a liberdade sexual manifesta-se apenas numa exacerbação da genitalidade — ela acaba por comprimir a energia instintual que desse modo tende a descarregar-se através da agressividade. O diagnóstico de Marcuse põe aqui a descoberto um dos síndromas mais amea-

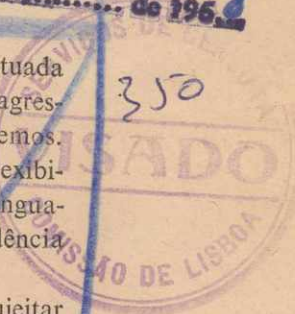
RECEBIDA NA CENSURA
CORTADO

64-65-66

«TEMPO E O LUGAR» Nº 62-63

Provas enviadas à Censura em
22 de 11 de 1968

350



SERVIÇO DE CENSURA
CORTADO

çadores da sociedade actual onde, uma diminuição cada vez mais acentuada do sentimento de culpabilidade a par dum controle cada vez maior da agressividade, podem dar lugar a uma escalada conduzindo aos maiores extremos.

Finalmente, e para concluir o balanço das tendências totalitaristas exibidas pelas sociedades industriais avançadas, aborda Marcuse a própria linguagem, o universo do discurso, onde igualmente se pode constatar a tendência unidimensional do mundo presente.

Segundo Marcuse assiste-se actualmente a uma tendência para sujeitar a linguagem às técnicas do operacionalismo, isto é, a reduzir o conceito ao conjunto das suas operações correspondentes. Isto equivale a limitar, se não mesmo a impedir, o pensamento, porque o conceito é sempre abstracto e geral, ele transcende o conjunto de atributos que o realizam numa instância particular, suscitando todo um desenvolvimento do seu conteúdo potencial. Isto verifica-se sobretudo no que respeita a conceitos como liberdade, democracia, igualdade, etc., cuja fixação de sentido é feita, evitando atributos que possam pôr em causa o seu conteúdo e que, em seguida, se repete à sociedade forçando a sua aceitação passiva. Compreende-se a virtude «terapêutica» duma tal técnica. Mundo livre será, por exemplo, o mundo capitalista e as suas instituições, e por liberdade não se entende nem mais nem menos do que essas imagens fixas, denunciando-se como propaganda todo o desenvolvimento que procure contestar a associação imposta. Outras vezes unificam-se, mesmo, de forma escandalosa, atributos contraditórios, técnica que se pode constatar tanto na publicidade comercial como no discurso político, e isso tanto no mundo capitalista como no mundo socialista. «Caricatura da dialéctica» ela é no fundo anti-dialéctica na medida em que se defende de todo o desenvolvimento negativo susceptível de invalidar o seu conteúdo.

Uma tal linguagem não é contudo, como observa Marcuse, terrorista. As fórmulas acham-se desacreditadas, toda a gente reconhece que os slogans standardizados escamoteiam a realidade. O que importa, porém, e aí reside o inquietante, é que muito embora as pessoas não acreditem, elas se comportam de acordo com os seus diktats, exactamente como sucede com a publicidade. E porquê? Porque uma tal linguagem, precisamente porque desacreditada, convida a não pensar, ajuda o conformismo.

A linguagem unidimensional remete, porém, para o próprio pensamento unidimensional que por ela se exprime. Elevámo-nos assim, ao plano teórico da análise de Marcuse, pela qual se procura aprofundar o diagnóstico e apreciar a sua tendência evolutiva.

Recordemos de novo a contradição básica que caracteriza a sociedade industrial avançada. Por um lado uma organização científica dando lugar a um aumento prodigioso da produtividade, tanto no aspecto económico como

Provas enviadas à Censura em
22 de de 1968

no político e cultural. Por outro lado e socorrendo-se dos mesmos princípios, a racionalidade técnica e científica, tem criado um clima de frustração e de opressão que levam inclusivamente a comprometer o futuro desta sociedade.

Quando se procura a causa profunda dum tal estado de coisas supõe-se normalmente que a ciência não é por isso responsável, que as novas formas de controle resultam tão sffmente duma aplicação específica e perfeitamente accidental da ciência à realidade social. Segundo a tese de Marcuse essa interpretação é, porém, incorrecta, na medida em que a ciência pura, antes mesmo de aplicada com qualquer finalidade prática, continha já, em si mesma, o sentido geral em que viria a ser aplicada.

Tal como Sartre, pensa Marcuse que a racionalidade científica é estruturalmente anti-dialéctica. Ao procurar explicar a natureza em termos de quantidade com exclusão das causas finais uma cisão se opera entre facto e valor, entre epistemologia e ética. A partir daí a razão dissocia-se e regionaliza-se: por um lado o mundo objectivo visado pela racionalidade científica e, para além desse mundo objectivo, um outro mundo, o mundos do valores, da subjectividade, que por isso mesmo se não podem opor à realidade estabelecida. O paradoxo contudo, nota Marcuse, é que a ciência, não considerando no mundo objectivo senão propriedades quantificáveis, torna-se cada vez mais dependente do sujeito que a apreende. E porquê? Precisamente porque ela suprime o antagonismo sujeito objecto, a estrutura bidimensional da realidade. Já Husserl, que Marcuse cita, teria mostrado que a «res cogitans» de Descartes não é uma substância independente mas um resíduo da quantificação. O dualismo de Descartes, por que começa a filosofia científica, seria pois aparente; ele estaria na base dum universo científico unidimensional, duma objectividade que tende a desmaterializar-se cada vez mais a natureza, reduzindo-a a mera instrumentalidade. A ciência tenderia pois, numa palavra, a tornar-se em si mesma tecnológica e o Ser, na sua totalidade, a transformar-se na substância duma administração total. Daí que mesmo fora do domínio específico da ciência e nomeadamente em filosofia, a racionalidade tenda a deixar-se contaminar por este espirito e a reduzir-se ou a um formalismo puro ou a um empirismo total. É o que pode constatar-se no neo-positivismo e nas suas campanhas difamatórias contra a filosofia, acusada de ser irracional e anti-científica. Marcuse denuncia, sobretudo, a obra de Wuttgenstein, a qual parece obedecer a uma finalidade terapêutica purificando os conceitos das suas conotações não funcionais e restringindo a linguagem aos termos simples e correntes. Uma nova ideologia que é a contrapartida exacta, no plano filosófico, do operacionalismo que tudo procura reduzir a uma dimensão única e que é a da realidade estabelecida. Compreender não é contestar, aprofundar, percorrer possibilidades eventuais; é apenas saber como funciona. Graves objecções limitam, porém, as ambições do positivismo lógico. Marcuse refere-se às difi-



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

64-65-68

«O TEMPO E O MODO» N.º 62-63

Provas enviadas à Censura em
22 de de 1968



352

culdades com que depara a análise linguística face a enunciados que contêm universais tais como Nação, Estado, Universidade de Oxford, etc. Os esforços revelam-se vãos para reduzir tais termos aos seus componentes. Isso é aliás verdade para todos os conceitos que Marcuse designa por «universais substanciais» — a fim de os distinguir dos universais lógico-matemáticos (grupo, número, classe). Para Marcuse esses conceitos exprimem uma tensão entre o actual e o possível, entre a realização particular e as suas virtualidades. Assim, por exemplo o conceito de beleza compreende toda a beleza ainda por realizar, o conceito de liberdade toda a liberdade ainda por atingir. Isto equivale contudo a afirmar que o conceito, assim entendido, é o objecto por excelência duma racionalidade diferente da lógica formal, duma racionalidade saturada de concreto, que saiba intuir a tensão instalada no seio do próprio Ser. Eis-nos numa palavra no âmbito da racionalidade dialéctica, do pensamento negativo. É pela lógica dialéctica que novas eventualidades se projectam e é pela dialéctica que uma perspectiva de mudança se poderia exprimir. De momento, porém, o seu papel é negativo e marginal, limitando-se a desmistificar a confiança do senso comum, a denunciar a alienação, a pôr em causa o poder e a linguagem dos factos. Tal como a Arte de vanguarda com a qual se aparenta ela encarna a Grande Recusa, face a um sistema regido predominantemente pela racionalidade positiva.

A modificação qualitativa que a razão dialéctica descortina, o surgimento dum novo modo de existência, de novas formas de liberdade constituiriam, observa Marcuse, uma verdadeira «catástrofe para a orientação actual». Não deve contudo concluir-se que Marcuse advogue a restauração duma mentalidade pré-tecnológica, um recuo ao obscurantismo duma ciência impregnada de causas finais. Tal como em *Eros e Civilização* a plenitude não reside em qualquer Idade de Ouro do passado sub-histórico, mas no futuro, ela não exige o sacrifício e a liquidação do progresso técnico mas a sua integração em moldes verdadeiramente racionais. A ciência tem-se revestido de neutralidade básica em face dos valores, neutralidade essa que tem servido objectivos políticos. Se a ciência todavia se politizasse em si mesma, as próprias ideias metafísicas poderiam constituir o seu objecto, e as reivindicações do pensamento negativo em face da irracionalidade, por ela poderiam ser satisfeitas. Segundo Marcuse a sociedade industrial avançada possui já os meios, graças aos quais uma tal viragem qualitativa pareceria impor-se, viragem essa que conduziria à «pacificação da existência» e à «arte de viver», objectivos para os quais todo o esforço deveria ser investido.

Tal orientação permanece, contudo, teórica, ideal, não reconhecida como finalidade da prática social. Mais, o exame minucioso da ordem estabelecida mostra que as saídas se acham bloqueadas e que o sistema de «democracia

SERVIÇOS DE CENSURA (SEDE) CORTADO

64-65-66

«O TEMPO E O MODO» N.º 62-63

Provas enviadas à Censura em
22 de ... de 1968

da-mass» tende a perpetuar pela racionalidade, a sua irracionalidade básica. Que existem contradições objectivas é o que a teoria crítica mostra à evidência. Isso não significa, porém, como acentua Marcuse, que elas venham a explodir por si próprias. Para isso seria necessário uma prática, um sujeito histórico que a realizasse. Tal prática não existe actualmente, precisamente porque o sistema tende a reduzir todas as oposições, a curto-circuitar a distância entre o ser e o dever-se. As perspectivas duma mudança parecem pois remotas. A teoria crítica permanece negativa, ela denuncia a irracionalidade mas não pode apontar soluções concretas. A sua maior fraqueza, sublinha Marcuse, revela-se na impossibilidade de mostrar que existem tendências libertadoras no interior do próprio sistema. Conclusão talvez um pouco exorbitada. O próprio Marcuse por várias vezes se refere à automação como uma tendência explosiva que, permitindo a libertação do trabalho, alienante, poderia abrir novas e imensas perspectivas. É certo que tal tendência se acha bloqueada até mesmo pelos operários que reagem, com razão, ao espectro do desemprego. Mas, mesmo que, momentaneamente, o sistema logre retardar o advento da automação, num mundo competitivo e antagónico como o actual, esse retardo pode revelar-se igualmente explosivo na medida em que venha a traduzir-se num desequilíbrio de forças.

Uma outra tendência explosiva, todavia externa, e essa Marcuse reconhece-a atribuindo-lhe grande relevância, é o papel que pode vir a desempenhar o «lumpenproletariat» da sociedade actual, isto é, os párias, os marginais, as outras raças, as classes oprimidas. Os movimentos estudantis poderiam adquirir uma certa inteligibilidade a essa luz; eles representariam, pela sua violência e anarquismo, a contestação absoluta do sistema na sua totalidade e não mera reivindicação de pormenor no interior do statu quo.

O problema é, porém, confuso e sente-se que Marcuse se furta a explorar todas as suas implicações. Isso não invalida o inegável interesse e oportunidade das suas análises, as quais permitem uma tomada de consciência crítica perante as tendências totalitaristas reinantes na sociedade actual.

Por um lado tudo parece impelir para o cepticismo de Freud, a relegar para o domínio da fantasia a imagem duma civilização não repressiva onde o indivíduo existisse para si próprio, para além da alienação. Por outro lado, porém, a esperança no homem permanece forte, inabalável e é essa esperança que leva a evitar posições definitivas. Para o bem ou para o mal o futuro permanece aberto e serão os homens que o terão de escrever.

JORGE CORREIA JESUINO



ENVIADO À COMISSÃO DE CENSURA (SÉDE) CORTADO

de Sena) sobre os mitos (Maria Emília Brederode Santos), sobre a questão racial (Vitor Wengorovius) sobre a questão sindical (João Martins Pereira). E a terminar esta análise uma antologia de Claude Julien, buscada ao seu famoso livro *L'Empire Américain* e um artigo de Jorge Correia Jesuino, introduzindo ao mais lúcido dos detractores da civilização unidimensional: Herbert Marcuse, sobre o qual apresentamos no último número um dossier.

Seguidamente, falaremos de questões da nossa história. A. M. de Oliveira Marques e Vasco Pulido Valente, um nome feito e um nome que se faz continuam estudos já apresentados em anteriores números de O TEMPO E O MODO.

Na *Actualidade Crítica*, dois assuntos dominam: a lenta «descompressão» nacional (de que gosta de falar *A Capital*) e a crise que sacode a Igreja Católica Romana e portuguesa. Do primeiro tema, aí fica mais um filme dos acontecimentos, aí falamos da história das debutantes reformas, aí arquivamos o discurso do Prof. Miller Guerra por ocasião da sua tomada de posse como Bastonário da Ordem dos Médicos. Do segundo, inserimos uma honrosa colaboração do teólogo alemão Walter Dirks ainda sobre a *Humanae Vitae* e o que os jornais disseram sobre o caso do Padre Felicidade. A propósito (muito a propósito) um artigo de José Monteiro, onde se fala do templo, dos que lá vendem e dos que lá mandam.

O resto é a panorâmica usual sobre o nosso mundo, da Checoslováquia ao Biafra. Escrevem Amadeu Sabino, Miguel Castro Henriques, José Luís Nunes.

Nas artes e Letras apresentamos uma nova página da versão de M. S. Lourenço do *Finnegan's Wake* de Joyce, poemas de Ramos Rosa e Nuno Júdice; críticas a muitos livros, exposições, teatro, cinema, etc. E este número com que fechamos a nossa atribulada actividade de 1968, fecha com in memoriam de Cristovam Pavia. Alguns amigos conversam com ele, sobre o tempo em que ele viveu e o modo como ele o viveu.

Isto é este O TEMPO E O MODO triplo. Um novo ano vai começar. Algumas supresas? Quem sabe...



AUTORIZADO (SÉDE) GOM GOMES

«O TEMPO E O MODO» N. 64-65-66

Provas enviadas à Censura em

4 de 12 de 1968.



WALTER DIRKS
CONTRA A HUMANA VITAE

Era uma vez um Papa que quis pôr
cobrir a desorientação dos fiéis.
restabelecendo uma moral conjugal
abalada; esse papa acabou por os
lançar numa desorientação ainda
maior. Era uma vez um papa que
quis restaurar, em circunstâncias difi-
ceis, a unidade da opinião e a uni-
dade da doutrina; só conseguiu tornar
as dissensões mais evidentes. Esse
papa, que quis assegurar a autori-
dade do papado, si conseguiu abalá-
-la ainda mais. O papa que na e com
a Igreja vive deve ser o árbitro e a
garantia da unidade, colocou-se em
oposição à Igreja, tomando, autocrà-
ticamente, decisões em que o espírito
do diálogo está totalmente ausente.

Um caso sem precedentes.

Este caso é único na história mo-

SERVIÇOS DE CENSURA
(SEDE)
CORTADO

Provas enviadas à Censura em

4 de 12 de 1968

terna do papado. Certo é que Pio XII, também, ensinou e tomou decisões com total independência. Contudo, ele estava em pleno acordo com a Igreja do seu tempo e podia basear-se nas disposições dos bispos e dos fiéis que, por seu lado, lhe confirmaram esse acordo. O próprio dogma de 1950 que definiu, com espanto de quase todos, a assunção corporal da Virgem, foi precedido de um inquérito junto de todos os bispos.

Por outro lado, são conhecidas as dificuldades Pio XII, a quando do primeiro concílio do Vaticano, em fazer aceitar à maioria dos Padres Conciliares as declarações sobre o primado e a infalibilidade do Papa. Esses esforços demonstram como era normal, muito antes do segundo concílio do Vaticano, isto é no apogeu do papado moderno, que o Papa tomasse as suas decisões, não numa distanciação solitária, sem outra referência que a da inspiração do Espírito Santo, a ele e só a ele reservada, mas depois de se haver reunido com o colégio apostólico e em ligação com a consciência teológica da Igreja.

O segundo concílio do Vaticano, convocado pelo próprio papa, demonstrou suficientemente e em numerosas passagens dos seus textos, redigidas no espírito de diálogo, de comunicação, de colegialidade e de comunidade que é o seu, que a unidade da Igreja se não se concentra na pessoa de Pedro, mas é, muito pelo contrário, unidade da Igreja no seu conjunto, ou seja no conjunto dos



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

Provas enviadas à Censura em

4 de 12 de 1968

bispos do mundo inteiro, em «união com o papa e a ele subordinados», e no conjunto do povo dos fiéis. Além da consciência do carácter histórico da Igreja, foi essa consciência da unidade organizada do povo de Deus que serviu de ideia directriz a todo o trabalho conciliar. A expressão *sentire cum ecclesia, sentire in ecclesia* tem necessariamente que ter para o papa um peso muito mais constrangedor do que para qualquer outra pessoa. E eis que Paulo, num gesto de humildade e sem manifestar o menor sentimento do que o seu modo de agir pode ter de insólito, recai nesse extremo papalismo dos séculos passados, que destacava, em oposição ao resto dos membros da Igreja, o privilégio dum Papa em comunicação solitária com Deus. Este acontecimento tem qualquer coisa de tão provocador que os dispositivos de segurança se nos desfazem. A reacção a este perturbante documento doutrinário, não se exprimiu, como é costume, em hesitações, em «sim, mas» em prudentes objecções, em considerações teológicas ou em reservas. Muito pelo contrário, todos aqueles, que pensaram ter razões para criticar este escrito, clara e directamente proferiram um não: «Não, Santo Padre».

O que não é infalível, é alié!

Imediatamente, e para sossegar os crentes (e não pra os inquietar, como outrora) se aludiu aos limites



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

da infabilidade. Antes mesmo da leitura do texto, Lambruschini, porta-voz do papa, sem ousar, é certo, definir esses limites, a eles aludiu clara e nitidamente, declarando que «alguns teólogos» consideravam que as encíclicas não eram declarações marcadas pelo sinal da infabilidade.

A partir de 1871, de resto, não foram apenas «alguns teólogos» mas a Igreja inteira quem, solenemente, havia feito essa declaração. Todo aquele que define, ou seja circunscreve a infabilidade, declara *ipso facto* que tudo o que se acha fora do seu domínio estritamente definido recai no outro, muito mais vasto, da falibilidade. O entusiasmo compreensível que reinava em Roma ocultou, muitas vezes, este estado de coisas. As encíclicas, o facto é claro, não preenchem as condições de infalibilidade tal como foram enunciadas, de uma vez para sempre, em 1871.

Pelo contrário, desde sempre se distinguiram diversos graus no carácter imperativo da obrigação e, uma vez que a encíclica solene, enquanto tal, ocupa, logo a seguir à denição dum dogma, o segundo grau nesta escala de importância, ressalta numa análise da *Humanae Vitae* em particular que o papa não coloca nunca nela qualquer problema a ninguém e não deixa qualquer possibilidade de discussão como tantas vezes sucedeu nas últimas encíclicas. Reclama-se inexoravelmente da «doutrina imutável» da Igreja e do Espírito Santo; de todas as encíclicas dos últimos



SERVIÇOS DE CENSURA
(SEDE)
CORTADO

pontificados esta é aquela que, no espírito do seu autor, é mais sólida-mente constrangente. E o que confere todo o peso à negativa oposta por tantos cristãos ao Santo Padre. Eles têm muito mais importância do que as objecções capitalistas às passagens referente à participação da *Popularum Progressio*, ou que as objecções de pormenor do mesmo género conte este ou aquela formulação de outros escritos doutrários.

O Papa sem a Igreja

No início do seu pontificado, sublinhou explícita e eloquentemente a importância do diálogo. E sobretudo na passagem em que ele liga o texto doutrinal ao trabalho da comissão encarregue dos estudos preparatórios que se manifesta o que o seu comportamento apresenta de contraditório com o espírito do diálogo. Em Junho de 1964, mais de um ano após ter reunido a comissão e seis meses depois de a ter alargado, declarava, para prévia informação da opinião pública, que o problema «estava a ser estudado, falando em colabração («um eminente cientista») e anunciava que os resultados seriam tornados públicos. Pelo contrário, segundo o próprio texto da encíclica, a dita comissão só tinha como tarefa reunir as concepções sobre os novos problemas relativos à vida conjugal e ao controle dos nascimentos e estabelecer um documento apropriado Com que fim? «Afirm de que o colégio tenha



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

possibilidades de pronunciar uma resposta». Ou seja, dum lado reuniam-se documentos, do outro tomavam-se decisões. Apesar do termo utilizado: «resposta», chama-se a isto o contrário do diálogo.

Tem sido frequentemente observada a insistência com que o Papa a sua «decisão». «A pesquisa é fácil, a decisão difícil» proclamou. Fórmula mais que suspeita, porquanto se não podia tratar senão de constatar a vontade de Deus nesta matéria e formulá-la segundo o grau de certeza que se pode ter em casos destes. Eventualmente, o Papa teria que «definir», nunca que decidir.

Infelizmente, tudo se fez para reforçar Paulo VI nesta atitude. Os crentes hesitantes eram convidados, sempre e por toda a parte, a aguardar «a decisão do papa» e muitos foram os que deploraram essas hesitações dignas de Hamlet. Agindo-se assim, ou dizendo «A Igreja deixa-nos sós» acabou por se arrancar ao papa o facto agora consumado.

Efectivamente, desta vez, o papa decidiu a favor de quatro teólogos da comissão contra setenta e um que se pronunciavam contrariamente; contra, também, o sentimento de bispos e cardeais cuja opinião tem peso e que poucos meses antes, nalguns casos poucas semanas, antes lhe tinham dirigido instantes! adjurações; contra a decisão do Congresso Mundial dos Leigos; contra os especialistas mais competentes em teologia moral, contra a experiência



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

Provas enviadas à Censura em

4 de 12 de 1968

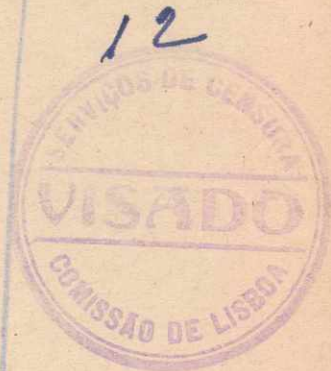
pastoral de confessores habilitados pelos seus bispos e uma nova direcção das consciências. O papa decidiu contra a Igreja. Facto inédito: o papa contra a Igreja.

O papa rejeitou igualmente a possibilidade de confrontar as duas concepções, mostrando os riscos inerentes a cada uma delas, limitando exactamente o domínio das suas responsabilidades e convidando a prosseguir exames e discussões. (A velha querela do «molinismo» sobre a liberdade da vontade nem sempre foi resolvida, uma vez que certos teólogos considerados e tementes a Deus, eram de opiniões diversas). O papa não deixou lugar para qualquer margem ou latitude; cortou e decidiu.

Porque é que um papa tão escrupuloso, tão sério, em tantas casos até tão aberto e ponderado se comportou deste modo? A esta difícil pergunta só se poderá responder quando, a propósito dos dois problemas levantados pela sua encíclica, o da autoridade papal e o da moral conjugal, se tiver igualmente considerado o segundo.

Tese e antítese.

Dada a publicidade que lhe foi feita, pode-se supor conhecida a tese do papa. Ei-la sucintamente resumida: o amor conjugal recíproco e a fecundidade não estão apenas estreitamente unidos na sua totalidade, ou seja enquanto estruturas que conferem todo o seu sentido ao casamento, mas também em cada acto



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

Provas enviadas à Censura em

4 de de 1968

conjugal em particular. Este pode e deve resultar do amor entre pares, mas deve estar também aberto à concepção duma nova vida. Por outro lado, o casal tem o direito e o dever de ser responsável pelo número dos seus filhos, por conseguinte de os limitar de acordo com razões que só ele pode julgar. No que se refere aos métodos desta limitação, o homem está ligado à «natureza» da realidade sexual, à «essência do casamento», à «essência do homem e da mulher»: é neles que se exprime a vontade de Deus. De acordo com o exame dessa «natureza» e dessa «essência», decorre que só são autorizados como meios anticoncepcionais a castidade e a escolha dos dias em que a mulher não é fecunda. (Em resumo, e paradoxalmente, deve-se agir como se a escolha consciente desses dias de esterilidade preenchesse, apesar de tudo, as condições duma concepção normal). Pelo contrário, a interrupção do acto, bem como todos os meios mecânicos ou químicos capazes de entravar ou de impedir a fecundação, são proibidos.

A essas teses, pode ser oposta a opinião emitida por um grande número de casais e de directores espirituais, formulando-a assim: «É evidente que o amor e a fecundidade estão em estreita relação com o conjunto dos actos conjugais, mas não com cada acto isolado». Este pode também encontrar a sua razão de ser no amor. Onde se encontraram reunidas as razões importantes reco-



SERVIÇOS DE CENSURA
(SEDE)
CORTADO

Provas enviadas à Censura em

4 de 12 de 1968

nhecidas pela encíclica para evitar o nascimento duma criança, a encíclica pelo seu conteúdo, permite pois evitar a concepção com plena consciência. A partir daqui a escolha dos meios para evitar a concepção não é, na perspectiva da vontade de Deus, duma importância decisiva: deriva do discernimento e da experiência dos esposos, das suas relações recíprocas, dos seus gostos e doutras considerações do mesmo género.

O Argumento da Tradição

Se considerarmos mais de perto as razões que o papa dá, sente-se que ele se refere repetidamente a fórmulas estereotipadas respeitantes ao «ensinamento imutável da Igreja», em nítida contradição com o facto de que reconhecer às relações conjugais um duplo fim — e é esse o ponto de partida da sua argumentação — constitui o começo duma era nova na moral cnjugal desenvolvida pela Igreja. Antigamente era o *finis primarius*, o fim que dominava todos os outros, que entrava em linha de conta. E não é pelo facto de o método Klaus-Ogino ser desconhecido antigamente que o seu reconhecimento pela Igreja constitui uma novidade, mas sobretudo porque inaugurou uma concepção do casamento absolutamente nova, isto é, o direito e o dever, para os pais, de limitar o número de lhos, mesmo quando não pode decidir-se a observar a continência permanente. A dou-



**SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO**

trina da Igreja evoluiu igualmente na apreciação dessa continência, que dantes passava por ser uma das maiores virtudes existentes, até no casamento; com efeito, a Igreja reconheceu a importância existencial do diálogo sexual e erótico graças à sua compreensão mais sincera e mais profunda da vontade criadora de Deus: o «casamento ã S. José», ainda que aceitável em certos casos-limite, perdeu o seu falso esplendor; à luz da nova doutrina tornou-se paradoxal, e até imoral. Não é necessário procurar provas noutros domínios para mostrar que a doutrina da Igreja sofreu fortes transformações. No que se refere à encíclica, Augstein fez alusão no seu estrondoso artigo do *Spiegel* a uma realidade particularmente singular: a castração dos cantores da corte papal, que jamais teria sido possível se se tivesse observado a «doutrina imutável da Igreja» sobre a natureza conferida por Deus à sexualidadd.

Na verdade, o facto de a doutrina conjugal da Igreja ter sofrido modificações ao longo dos séculos e sobretudo aos nossos próprios olhos durante os últimos 40 anos, não significa que se deva continuar a transformá-la, mas isto enferma ao mesmo tempo o argumento de imutabilidade sobre o qual o papa sempre insiste. E, felizmente que ele não retoma por sua vez o argumento do relatório de peritagem de Ottaviani, para o qual a Igreja perderia crédito subme endo a doutrina a mudanças.



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

Provas enviadas à Censura em

4 de 12 de 1968

Não usa a imutabilidade da doutrina como argumento tático, crê nela.

Talvez seja melhor dizer: agarrou-se a ela. Eugène Kogon escreveu um comentário da encíclica intitulada «o papa angustiado». É claro que o papa presente perigos na dinâmica das discussões teológicas que são cada vez mais livres. É típico ver, a um esperto, em que circunstâncias ele se decidiu a mandar parar. Pelas próprias contradições da encíclica *Sacerdotalis coelibatus* pudemos apertarmo-nos até que ponto e pensamento do papa e a sua sensibilidade são determinados pelo celibato, e como a instituição do casamento lhe permanece estranha. Quando já não é capaz de tirar das premissas postas por si próprio — que a vocação do celibato e a do sacerdócio são duas vocações que convém distinguir —, a conclusão de que a Igreja não tem o direito de recusar o sacerdócio a um homem que sem vocação para padre, mas não para celibatário. Devia antes tirar a seguinte conclusão: além dos padres celibatários, a Igreja tem necessidade de padres casados. Prefere dizer que a Igreja deverá medir, com a ajuda do celibato o valor dos seus padres!, e de os educar segundo uma óptica ainda mais celibatária do que a usada até agora. Conhecem-se as relações entre o medo e a sexualidade. O medo crescente do Papa (o desejo que tem de manter a pureza da doutrina, a unidade da Igreja e a autoridade do Papado) encontrou aí o campo de



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

que precisava para fazer o assalto. Isso, visto de fora, pode passar por uma retirada para um bastião quase abandonado, ter-lhe-á parecido uma audaciosa fuga para a frente.

Casamento abstracto

A ausência total de experiências concretas e de conhecimentos profundos só pode espantar quem, pouco informado, escuta a palavra do papa. Este sabe tão pouco sobre as experiências dos esposos (sobre os seus amigos, os seus médicos, os seus conselheiros, os seus directores espirituais) como sobre a sexologia, a psicologia e a psicanálise. A imagem que o Papa tem do homem e da mulher é duma monotonia desesperante: «instinto» e «paixão» por um lado, «razão» e «vontade» por outros, amor enquanto categoria, nada de concreto, nada de subtil. Os homens a quem o papa aplica os seus esquemas de Natureza e de Natureza e de vontade criadora divina não têm, a seus olhos, nem destino, nem história; todos têm forçosamente o mesmo número de genes e de cromossomas, o mesmo horizonte histórico, todos seguem nm caminho anteriormente traçado no qual não pode haver conflitos nem complicações, nem becos sem saída; a última alternativa é o pecado. Em parte alguma, o papa faz alusão aos limites que o seu texto pode ter



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

Provas enviadas à Censura em

maio de 1962 de 1962

quando se entrega a considerações sobre a experiência individual; nada pergunta, sabe sempre tudo. Nunca encoraja os esposos a procurarem eles mesmos a sua própria via, a fazerem experiências; é com a ajuda dos mais vagos conceitos que se explora o campo infinitamente sensível e individual da existência humana. Não se encontram as palavras «prazer» ou «jogo», nem o conceito de fixação ou de frustração.

Como poderão os jovens casais do nosso tempo — falo apenas dos ctólicos — sentir-se compreendidos pelo papa quando ele menciona as relações sexuais contentando-se com caracterizá-las com «dom de si mesmo», o que é justo, mas parecendo ignorar atributos essenciais tais como a imaginação, o aspecto carnal sujeito a tantos imponderáveis, as aventuras do amor? Como se sentiriam compreendidos todos os que têm problemas concretos e só recebem do papa respostas globais, além de nem mesmo lhes ser dado o conselho de procurarem soluções algures? A crescente franqueza do homem contemporâneo que não teme falar das suas experiências, fazer o valanço, tudo o que a psicologia, a psicosomática e a psicologia dos profundidades puderam trazer, terá então sido em vão. Onde estão, pois, o esposo e a esposa que iriam reconhecer-se nesta encíclica? Os homens não poderiam aceitar uma direcção de consciência mal informada sobre aquilo de que ela fala.



SERVIÇOS DE CENSURA
(SEDE)
CORTADO

«O TEMPO E O MODO» N.º 68-65-66

Provas enviadas à Censura em

4 de 12 de 1968

A constituição pastoral do Concílio teria podido mostrar o caminho com essa primeira frase que todos os cristãos deviam saber de cor. Com essa frase os discípulos de Jesus tornam-se solidários, não só de cada angústia e dor de cada homem, mas também de cada uma das suas alegrias e esperanças. Uma palavra da Igreja sobre a sexualidade e o casamento podia ensinar aos casais cristãos o que o Evangelho tem a dizer a seres tão duplamente unidos, tudo o que se pode concretizar, e isto numa maneira viva, de fé, de esperança e de amor no casamento, que atenção, que ternura, mas também que ascese e até que sacrifícios uma tal concepção exige de ambos; se a instituição eclesiástica se decidir a respeitar a vida íntima, podia limitar-se a este género de encorajamento, e esta reserva sobre o mais íntimo dos domínios só honraria os celibatários. Mas se a Igreja continuar a discutir este «caso», não deveria deixar de dar aos jovens a coragem de se entregarem à ternura, aos jogos



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

do amor e às aventuras do amor carnal entre esposos. Durante séculos, desconhecendo o impulso criador, a Igreja deu a entender aos esposos que se tinha, quando muito, o direito de aceitar o prazer enquanto desejo ligado ao acto, mas que não era permitido aceitá-lo, com reconhecimento como uma dádiva da criação, nem desenvolvê-lo no plano humano. Uma vez que a mais alta autoridade da Igreja desta maneira, também pode bem aplicar-se a palavra *gaudium*, da primeira frase *Gaudium et Spes*, às alegrias elementares dos esposos, para em seguida abandonar com sabedoria a discrição aos esposos cristãos — o domínio da experiência erótico-sexual, domínio de humanidade e espiritualidade.

Acontece que os esposos cristãos não se sentem compreendidos por Paulo VI, nem no plano humano nem no plano espiritual. Esta liberdade nova, esta alegria que tiveram, não foram roubadas ou conquistadas lutando, mas viram nelas uma parte da humanidade e do sacramento; ousando aceitar as ideias criadoras da sexualidade dum modo mais rico e mais andacioso que nunca, não se acharam mais afastados de Cristo, mas pelo contrário muito mais próximos. A sua consciência não se relacionou com isso, mas tornou-se deserta. — Só agora compreenderam que têm, entre si, responsabilidades permanentes; as faltas que cometem um para com o outro e que descobrem em si próprios não são as que julga-



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

ram até agora, e a sua moral conjugal lhes sugeria. O caso dos esposos angustiados que na sua fraqueza e aflicção iam pedir conselho a directores espirituais compreensivos só em parte corresponde à realidade. Muitos casais não procuram a absolvição nesta matéria, desejam simplesmente que a Igreja apoie a liberdade da vida amorosa a que se entregam por a julgarem boa, bela e sacramental. Sabem que, depois da derrocada duma moral conjugal que os tratava demasiado como animais ou demasiado como anjos, mas muito pouco como homens, se chegou a uma concepção mais profunda e mais verdadeira do que é o sacramento do casamento. Desejar-se-ia que um director espiritual de coração misericordioso mencionasse também as nevroses e as doenças dos homens; mas, ao inclinar-se diante desta crueldade metódica que, num escrito doutrinal reservado às pessoas «normais» e «sãs» ignora estas doenças e estes doentes, lamenta-se não encontrar aí nenhuma referência à quantidade das variantes nevróticas da norma. O homem, tal como o papa o vê, é deficitário; campos inteiros da sua natureza humana passaram em silêncio.

Palavras duras? Uma cruel falta de compreensão as provoca. Entristece, pois, que aquele, que noutras ocasiões a tal ponto soube conquistar a nossa simpatia e o nosso respeito, vá, nos seus propósitos, tão desmesuradamente acima da experiência.

21



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

Permitido — Contra a natureza.

Aliás, esta doutrina demasiado segura de si mesma e demasiado abstracta tem também falta de lógica. Como poderá conciliar-se a escolha consciente dos dias infedudos com a constatação de que «o acto de amor mútuo que não tem como objectivo a vontade de transmitir a vida (...) se encontra em contradição com a estrutura interna do casamento e com a vontade do autor da vida»? A resposta é que este método — contrariamente a todos os outros — se conforma com própria natureza, e que ele aceita uma oferta da natureza. Mas será que a natureza (e portanto Deus) teria em vista a esterilidade ao criar o ciclo feminino? Ela e ele, certamente, só tinham em vista a fecundidade. Se, por um instante, aceitarmos aquilo que não poderíamos aceitar, o carácter penoso do conceito somático, da natureza, de que o papa tem argumento, vemo-nos obrigados, antes de qualificarmos de não naturais os outros métodos de preservação, a considerar em todo o caso este contra a natureza. Engana-se a natureza (portanto Deus) com um estratagema. Poder-nos-íamos regozijar com a descoberta e difusão do método Ruus-Ogino só no plano pragmático e histórico, porque ele permitia abrir uma brecha no edifício de uma moral conjugal falsa, e porque o seu uso permitia resolver a numerosos esposos o seu conflito permanente com a Igreja (e resolver também o



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

Provas enviadas à Censura em

4 de 12 de 1968

problema da confissão e ou não-confissão regular de acções que eles consideravam como faltas. Uma vez aberta a brecha, já teria sido tempo de libertar os casais da tirania do calendário. Declarar contra a natureza os contraceptivos é fazer uma ideia muito estranha da natureza humana, quando a regulação dos nascimentos se justifica pela própria fórmula de «maternidade e paternidade» conscientes das suas responsabilidades», e, em contrapartida, encontrar natural que as manifestações de ternura entre esposos tenham lugar segundo um sistema de calendário e de tirar de temperaturas! Seria «natural» que jovens casais escolhessem as suas férias em função dos períodos de esterilidade, de modo que elas comportem pelo menos dois? Seria natural que o marido se abstinhasse de qualquer manifestação de ternura espontânea durante a semana perigosa, para não suscitar atracção, mútua susceptível de provocar o acto sexual cujo resultado é de temer? Seria natural, pelo contrário, vê-lo proceder a uma espécie de escalada furiosa da ternura para outras semanas, para não perder a «ocasião» que esses dias ofereceriam? Mas mesmo quando isso se passasse de maneira mais discreta e mais humana, seria obedecer à natureza da fecundidade amor só nas épocas de fertilidade certa? Será que, em todo o caso, o papa conhece *esses* problemas? Se houve esposos que puderam falar-lhe deles, ele, em todo o caso, nada



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

deixa transparecer. Parece desconhecer que o seu conceito da natureza da forma mais universal e também que o seu conceito especial da natureza do acto conjugal humano é contestado — desde há anos, desde há dezenas de anos — por filósofos teólogos, sábios católicos e sobretudo pela experiência conjugal vivida. Este conceito, ele nem sequer procura torná-lo compreensível, nem sequer toma a sua defesa; afirma-o simplesmente, como um dado sem problema.

Crise que Leva à clarificação

É profunda a dupla crise em que o papa acaba de mergulhar a Igreja. Nenhum católico que tenha acolhido com pés as mensagens doutrinais do concílio poderia aceitar que o papa para além dos diálogos mantém continuamente com os bispos, a juntar a esforços teológicos sérios, possa reclamar-se da assistência do Espírito Santo reservada só a ele, e para decisões que ele teria de tomar sozinho.

Ele não é marido nem mulher que tomaram consciência da felicidade, da paz e também das dificuldades pessoais inerentes às suas relações sexuais, para confiar por mais tempo, no autor deste escrito didáctico.

Pela primeira vez, eles foram expressamente convidados por padres e bispos, alguns dias depois da publicação de um escrito solene do papa, a examinarem seriamente essa



SERVÍCIOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

doutrina e a recusarem-na se ela contradisser a sua convicção e a sua consciência. Isso pode parecer, na verdade, uma consequência positiva desta encíclica, uma prova pelo exemplo, uma prova da autenticidade do espírito conciliar, um passo no caminho da renovação da Igreja católica. Mas a que preço?

O preço mais caro, talvez seja o papa quem terá de o pagar. Daqueles que o viram na televisão nennym poderá jamais esquecer quão digno de afecto era esse homem, ao caminhar pela Via dolorosa, quase sufocado pela multidão dos Árabes, sorridente, feliz e sem medo, amando e amado. Alguns dias depois da promulgação da encíclica, voltámos a vê-lo no *écran* da televisão: pequeno e fraco, silhueta vranca e frágil no trono da sala de Castelgandolfo, com alguns prelados de alta categoria à direita e à esquerda, e depois o vazio. Não podem ter sido esses prelados a inspirar-lhe este escrito desumano. Deve ter sido o vazio. O papa, que não quer compreender que João foi chamado contra Pio e que este condílio encerrou um período centenário do papado e introduziu um novo século da Igreja, este papa, que julga poder agarrar na sua mão a herança dos dois grandes papas, ameaça romper sob o fardo da sua responsabilidade. A oposição que está a suscitar a sua palavra bem intencionada aginti-lo-á profundamente. Temos um papa que reclama a nossa compaixão. Hamlet

25



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

Provas enviadas à Censura em

4 de 12 de 1968

decidiu-se a decidir. Forçou-se a agintir a audácia de Lutero: «É aqui que eu estou, não posso agir de outra maneira». Que Deus o ajude e assista também aos esposos.

Esperanças

É possível que tudo acabe em bem. Na base da oposição a esta moral conjugal de anteontem apavorada com as novas exigências, estiveram não uma temeridade progressista nem fraqueza, mas uma profunda experiência conjugal e espiritual. Neste momento, e nas mais diversas regiões da Igreja, poder-se-ia dar a preferência às mais diversas reacções, dentre elas a obediência pronta de outros tempos ou ainda a rebelião aberta, a apostasia, a renúncia ao sacerdócio. Mas é-nos lícito esperar que poderemos evitar uma dissidência: os bispos, os teólogos e os esposos que não poderiam seguir o papa nesta questão, estão seguros da sua causa, sem arrogância, seguros na calma. Será deles a última palavra. Também eles não irão abandonar o papa. Ainda que eles o não compreenda, eles estão à altura de o compreenderem. Não é problema de pequena monta liquidar um sistema e um sentido dos valores que se desenvolveram durante séculos a partir do campo de experiência de um grupo celibatário. O papa está de boa fé ao querer salvar aquilo que na sua perspectiva por de mais celiba-



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

tária, lhe parece ameaçado pela anarquia. Paulo VI é também uma vítima, a vítima de uma dolorosa transição, da transição de uma Igreja dirigida por uma equipa celibatária, para uma Igreja que se reconhece nos textos mais profundamente amadurecidos do concílio com as características do povo de Deus em marcha, cujo principal efectivo é constituído, e não só sob o ponto de vista estatístico, por homens casados. Se assim acontecer, devemos desejar e pedir que esta história seja uma história salutar e avançada.

É necessário que os bispos e os fiéis possam entabular esse diálogo com o papa, eles devem-lho. O pior seria querer evitar ou minimizar o diferendo que abriu caminho, manejando hábilmente o texto da encíclica, mostrando as possibilidades de escapatórias e de sudterfúgios de todas as espécies, quer quanto ao essencial, quer quanto à interpretação. Contradição seria a primeira palavra que os esposos conscientes das suas responsabilidades, os bispos e os teólogos teriam de pronunciar nesse diálogo. Esse diálogo, devem-no ao papa, não só por amor da verdade e por causa daqueles a que, na espécie, diz respeito, mas também por esse homem em si mesmo. O respeito que lhe devemos exige a franqueza, o nosso amor para com ele, a compreensão e a clareza.

WALTER DIRKS



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

Provas enviadas à Censura em

9 de 12 de 1968

OLIMPICOS GRANADEIROS

Da Grécia ao México, o facho olímpico percorreu, neste Ano da Paz e dos Direitos do Homem, um caminho singular. Acendeu-o talvez um coronel grego, recém-confirmado no poder por um voto unânime do povo helénico, e, no país de Montezuma e de Cortez, a chama imorre-doira iluminou os jogos de uma juventude que o octegenário e milio-nário Avery Brundage, presidente do Comité Olímpico Internacional, saúde destes tempos imemoriais. A revista alemã *Der Spiegel* publicou no mês passado uma gravura significativa: No estádio olímpico, e do alto de um púlpito, Brundage saudava «a ju-ventude do mundo»; entretanto, nas bancadas, os másculos *granaderos* mexicanos mantinham em silêncio os estudantes do seu país e no relvado desfilavam, humilhados e ofendidos, os jovens de todos os cantos do globo.

Os Jogos de 68 são na verdade dignos desta segunda metade do século XX. À medida que nos apróxi-mamos do profético 1984, o universo orweliano faz-se carne e habita entre nós — PAZ É GUERRA, LIBER-DADE É OPRESSÃO, AMOR É ÓDIO. E, para presidir às Olimpíadas da era moderna, a era dos Direitos do Homem e da ONU, da coexis-tência e do diálogo, Avery Brundage é *the right man in the right place*. Brundage: que no verão passado, comentando a possibilidade de os negros boicotarem os jogos afirmava



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

que toda a vida combatera «a introdução da política no movimento olímpico». Brundage: que após a massacre da Praça das Três Culturas declarou: *Conferenciámos com as autoridades mexicanas e ficámos certos que nada interferirá com a pacífica entrada da chama olímpica no estádio, no próximo dia 12 de Outubro, Como hóspedes do México, estamos certos de que o povo mexicano, universalmente conhecido pelo seu desportivismo e pela sua hospitalidade, se unirá aos participantes e aos espectadores na celebração dos Jogos, verdadeiro oásis num mundo conturbado».*

Brundage — o mesmo que não hesitava escrever, em 1935 e a propósito dos Jogos de Berlim: «Os judeus devem saber que não poderão servir-se dos jogos para boicotarem os nazistas».

Num mundo em que nada acontece por acaso — nem o fraternal desporto, nem a superior cultura — os Jogos Olímpicos são tão necessários à manutenção do equilíbrio da sociedade internacional como as conferências de Genebra sobre o desarmamento ou a atribuição anual dos prémios Nobel. Uma sociedade repressiva, organizada à escala nacional ou à escala supra-nacional, necessita dos seus deuses, dos seus cultos e dos seus mitos. Para a comunidade onusina, o ideal olímpico é um destes.

A ferro e fogo, os granaderos do Presidente Ordaz conseguiram, pois, impôr uma trégua olímpica. Durante os quinze dias dos jogos, as hostilidades foram interrompidas e aos espectadores a que Brundage se referia foi dado verificar como, no



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

melhor dos mundos possíveis, a fraternidade, a solidariedade, a amizade e a juventude são realidades palpáveis (i. e.: consumíveis). A paz de Zeus foi de pouca dura, porém: num comício realizado na Escola Politécnica, a 7 de Novembro e após a abertura oficial das aulas, os estudantes votaram por unanimidade a continuação da greve.

Para os defensores da existência de uma rebelião estudantil à escala mundial, as jornadas mexicanas nada teriam de característico. Ideologicamente apoiada numa psicanálise para consumo jornalístico e numa certa sociologia bem pensante, que prevê, desde há anos, uma irrupção violenta da juventude, uma tal concepção diagnostica a rebelião política dos jovens de hoje como um sucedâneo da folclórica rurbulência estudantil de fim de século passado. (Soluções simples e universais são sempre tranquilizadoras e, como tal, bem-vindas). Por outro lado, muitos dos que na prática política dos movimentos de juventude, negam na acção uma posição ideologicamente solidária com o *statu quo*, incorrem em erros teóricos semelhantes. À escala mundial, dizem-nos, estaria em fermentação uma internacional estudantil e o caso meicano, ou caso francês, ou o caso tunisino, seriam apenas manifestações sectoriais de uma movimentação global. Meter no mesmo saco fenómenos estruturalmente diferenciados e só explicáveis em função de dados e situações concretas, adian-



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

tará, contudo. E se a teoria é sempre a teoria de uma dada prática, uma concepção teórica ancorada no voluntarismo está forçosamente condenada a irreversíveis fracassos.

Deixando, porém, em suspenso uma questão impossível de equacionar numa simples nota, é aos próprios textos dos estudantes mexicanos que importa indagar qual o sentido de uma luta que há quatro meses devolve o México à sua própria imagem.

O Comité Nacional de Greve, integrado por professores e alunos, emitiu em 24 de Outubro de 1968, um «Apelo à juventude do mundo» que dá conta das raízes profundamente nacionais da rebelião estudantil mexicana. Desse documento transcreve-se: *«Esta luta estudantil sem precedentes nos últimos cinquenta anos no México, provocou a admiração nos meios internacionais, porque o governo mexicano — através de uma campanha começada há muito — criara uma imagem que apresentava o nosso país como um modelo de estabilidade política, de independência económica e de respeito total da democracia (...) O desenvolvimento industrial e financeiro realizou-se fundamentalmente graças aos investimentos do capital internacional e sobretudo americano (...) Miões de camponeses que constituem a maior parte da população trabalham por um salário miserável (...) O ensino e em particular o ensino superior ignora totalmente os problemas e as necessidades do*



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

Provas enviadas à Censura em

4 de 12 de 1968

povo (...) O analfabetismo, a insalubridade, a carência de alojamento e a má alimentação adquirem proporções alarmantes: há quinze milhões de analfabetos (...) Operários, empregados e camponeses pagam cotizações e impostos elevados por uma segurança social custosa, e que atinge apenas 15% da população (...) O regime suprimiu as liberdades democráticas, assassinou dirigentes populares, operários, camponeses, torturou e aprisionou um grande número de cidadãos (...))

Os calendários das sangrentas jornadas pré-olímpicas e da sabedoria das nações: as agências noticiosas internacionais não perdem agora um *meeting* na mais recôndita universidade do globo e o Verão mexicano, como o Maio francês, foi, durante semanas, notícia de primeira página. No dia 26 de Julho, data da revolução cubana, estudantes e polícias defrontam-se pela primeira vez na capital. Nas horas que se seguem, ferem-se nas ruas verdadeiros combates, e o exército invade a Universidade com a brutalidade própria de um país que no conhece a brandura de costumes que impera noutras bandas. Na carta enviada à UNEF em fins de Setembro, depois de dar conta destes factos, o Comité Nacional de Greve refere-se ao apoio popular à rebelião estudantil nos termos seguintes: «A reacção popular não se fez esperar e em breve o movimento veio a beneficiar de um apoio nacional; é assim que, uma após outra, se sucederam as manifestações de



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

Provas enviadas à Censura em

4 de 12 de 196..8

apoio em todo o país; esta fase da luta atinge o seu apogeu a 27 de Agosto, data de uma gigantesca manifestação de perto de um milhão de pessoas». Aliás, nos últimos parágrafos desse documento, estão bem patentes as características de oposição global ao sistema que o movimento adquiriu a partir do momento em que os olhos e os ouvidos do rei se fecharam às reivindicações da rua. «No México», diz a carta «o patriotismo e a demagogia com os quais os pretensos governos da Revolução Mexicana julgaram enganar e adormecer a consciência populr reaparecem a todo o momento; vivemos num país de fan toches, mas a sua presença é esmagadora neste mês de Setembro. E, com efeito, o mês da Independência, dos Filhos Heróicos, da entrada do Exército de Iturbide na capital (1821) e é, também, o mês da alocução anual do Presidente da República».

O Presidente da República falou à Nação a 10 de Setembro. Durante quatro horas proferiu ameaças e no dia seguinte decretou a ocupação permanente da Universidade pelo exército.

Tu quoque, México! Após o Uruguai dos bancários e o Chile dos mineiros, a democracia latino-americana, neta de Mônroe e filha de Roosevelt, perde o último dos seus mitos dourados — o mais dourado de todos, aliás. Se a Pátria da Democracia é agora governada por uma junta de coronéis que, com uma



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

34

desenvoltura notável, prega a cruzada contra o comunismo totalitário, os generais latin-americanos defendem a democracia dos seus (dela) excessos, assassinando-a.

No contexto da América Ibérica, o México constituía, é certo, um modelo original. A revolução anti-feudal das duas primeiras décadas deste século aboliu o domínio da aristocracia latifundiária e entregou o poder à burguesia revolucionária. A reforma agrária dividiu a terra e aboliu a grande propriedade. Porém, o poder da burguesia institucionalizou-se ao longo dos últimos quarenta anos; a industrialização originou o surgimento de um proletariado urbano que a roupagem revolucionária do regime nem sempre tem conseguido manter no silêncio; e nos campos a manutenção de uma economia de mercado veio a significar a restauração da grande propriedade. [«Depois da revolução, declarou recentemente Octávio Paz, escritor que se demitiu do cargo de embaixador do México na Índia», *houve uma espécie de trégua e a expressão desta trégua foi o «Partido Nacional Revolucionário», que defendia o povo e a revolução.*

A mudança de nome denota bem as mudanças operadas no país. O partido que era nacionalista, com tendências populares radicais não muito precisas, tornou-se o «Partido da Revolução Mexicana». Durante esta fase, o lado revolucionário tinha ainda a sua importância. Foi o período da expropriação das sociedades petrolíferas, do auxílio



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

Provas enviadas à Censura em

4 de Novembro de 1968

à República Espanhol, do asilo a Trotsky e, principalmente, das reformas agrárias. Por fim, chegou-se ao «Partido Revolucionário Institucionalista». A «nação» desapareceu. A palavra «revolucionário» tornou-se um adjetivo e uma máscara. A única coisa que resta é a instituição, quer dizer, o sistema, a burocracia.»

De classe revolucionária nos princípios deste século, a burguesia mexicana transformou-se na classe exploradora e dominante; a institucionalização do regime possibilitou-lhe aliás, e com algum êxito até este momento, a integração do operariado no sistema — a poderosíssima Confederação dos Trabalhadores Mexicanos é controlada pelo P. R. I.; e o aparelho de estado que lhe permitiu arrebatrar o poder à aristocracia rural, permite-lhe agora escrevê-lo solitariamente.

Mas, Isaac Deutscher já o assinou a propósito de uma outra revolução inacabada, não é impunemente que uma elite cujo objectivo único é a manutenção do *statu quo* usa e abusa de uma tradição revolucionária recente. A denúncia da ruptura entre significantes-revolucionários e significados-conservadores pode ser o primeiro passo para uma tomada de consciência revolucionária. E é essa denúncia que a crise mexicana fundamentalmente significq.

Novembro 68

A. LOPES SABINO



SERVÇOS DE CENSURA
(BÉDE)
CORTADO

«O TEMPO E O MODO» N. 64.65.66
Provas enviadas à Censura em
20 de ... de 1968

seus estados membros. Tratava-se, em suma, de um instrumento de intervenção, mais causa do que consequência da guerra fria.

3. Com o advento da política de coexistência pacífica iniciada em Camp-David, a NATO perdeu muita da sua justificação inicial. A destalinização somada ao intercâmbio político e cultural com a União Soviética quebraram definitivamente o estado de guerra-fria e permitiram o renascer nos países ocidentais de uma série de antagonismos que a paz armada até então encobriria. A política de independência nacional em relação aos U. S. A. personificada pelo General de Gaulle e perspectivada no sentido de uma Europa independente «do Atlântico aos Urais» foi ouvida não só na França mas também fora dela... Em breve a política externa de De Gaulle aliada a uma forte restrição à aplicação em França de capitais americanos tornaram necessário o abandono «de facto» da Aliança Atlântica... Na verdade, não se compreendia que um estado membro de uma aliança pró-americana praticasse uma política de carácter anti-americano, caracterizada por algumas declarações mais severas a propósito do Vietnam, do Cambodja e da guerra israelo-árabe. ~~Z extensão da NATO a um espaço extra-atlântico não foi nestes como aliás noutros casos mais próximos de nós, devidamente encarada...~~



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES

Posta de lado a hipótese de uma

113

«TEMPO E O MUNDO» N.º 6965-66
Provas enviadas à Censura em
20 de de 1968

soberania portuguesa, que «a solidariedade política deve também ser expandida e alargada de forma a defender os princípios e ideais quando e onde forem atacados».

Para a aliança atlântica não deveria pois ser indiferente o destino dos territórios e posições estratégicas que a política portuguesa defende em África pois «fazendo no Ultramar o Aliança e ao Mundo Livre também».

Transformando a guerra de África numa guerra de defesa do Ocidente, o Dr. Franco Nogueira toca um ponto aliás já desenvolvido, então com pouco êxito, pela França a propósito da Argélia e da sua base em Mers-él-Kebir. Neste sentido se pronunciou igualmente o novo Chefe do Governo, Prof. Marcelo Caetano, que ao receber no palácio de S. Bento os membros do Conselho da Associação do Tratado do Atlântico declarou impôr-se o «reforço da solidariedade ocidental não se entendendo esta, todavia, nos termos restritos actuais mas em termos mais amplos de forma a assegurar uma real protecção política em toda a parte e a tudo que for Ocidente».

A justificação da nossa presença no Ultramar aparece enriquecida com o seu enquadramento numa nova política de blocos. Vejam-se igualmente neste sentido as declarações do Prof. Marcello Caetano no seu discurso de 27 de Novembro de 1968.

Analizando a situação da Guiné o Chefe do Governo declara que «o terrorismo aparece nesse terri-

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES



115

Provas enviadas à Censura em 20 de 12 de 1968

tório muito mais larga e eficazmente apoiado pelas potências socialistas, sobretudo pela União Soviética, do que noutros províncias», e explorando a intensidade deste apoio afirma constituir a Guiné «a base necessária para o assalto a Cabo Verde, ao arquipélago que constitui uma posição chave nas comunicações entre o Norte e o Sul do Oceano Atlântico e até entre as duas margens deste».

— Todavia a viabilidade deste enquadramento político passará não só pelo reconhecimento do valor das posições-estratégicas e dos princípios morais que Portugal defende para o Ocidente, mas também, e principalmente, pela política de abertura aos investimentos estrangeiros que o Governo definir para os territórios ultramarinos. Se se continuar a permitir a entrada nestes de apreciáveis capitais estrangeiros, os governos da NATO serão pressionados pelas empresas suas nacionais no sentido de defenderem a política ultramarina portuguesa, única garantia do bom rendimento desses investimentos. Além disso, o estabelecimento em Portugal de uma base alemã e a retirada de Espanha das bases americanas, poderão constituir para as potências da NATO um apêlo mais eficaz do que qualquer discurso em prol do Ocidente no sentido de uma atenta defesa de posições que, mais do que nunca, serão mesmo ocidentais...

J. L. N.



SERVIÇOS DE CENSURA (SÉDE) AUTORIZADO COM CORTES

116

O TEMPO E O MODO

Assinada por cerca de 400 individualidades, recebemos, com pedido de publicação, a cópia da seguinte representação dirigida ao Senhor Presidente do Conselho de Ministros.

Senhor Presidente do Conselho de Ministros

Excelência

Na representação que mais de mil e quinhentos democratas de vários pontos do País dirigiram a Vossa Excelência dizia-se que

— «a realização das próximas eleições para deputados à Assembleia Nacional constituirá um teste em que o País baseará o seu julgamento para aferir o sentido duma política»

Assim, não poderá deixar de ser, uma vez que o próximo acto eleitoral constitui sem dúvida o acontecimento político interno de maior realce após o ingresso de V. Ex.^a para a chefia do governo, e ainda porque nele se repercute e se caracteriza insofismavelmente o sentido da política governamental no tocante à interferência dos cidadãos portugueses na vida nacional.

Brevemente, ou seja em 2 de



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

Provas enviadas à Censura em
20 de 12..... de 1968

Janeiro p.f., iam-se as operações de recenseamento que precedem o período eleitoral.

Com prejuízo de algumas questões que embora de pormenor nem por isso deixam de ser dignas de reparo, os signatários, dada a proximidade daquela data, vêm cumprir o dever de requerer a Vossa Excelência as providências que entendem ser indispensáveis para garantia da representatividade e seriedade do futuro acto eleitoral.

As coordenadas políticas sob cujo domínio foi elaborada a lei eleitoral vigente estão absolutas. Muitos dos seus aspectos sempre mereceram e continuam a merecer a discordância da maioria dos cidadãos portugueses.

Assim é que quando em todo o mundo civilizado a emancipação da mulher e a sua igualdade perante o homem é um facto indiscutível, a mulher portuguesa continua a ser objecto de reprovável discriminação. Agora outros aspectos civis, que aqui não interessa considerar, a sua capacidade de eleitora acha-se incompreensivelmente diminuída sem qualquer razão que o justifique.

Por outro lado, é também um facto inegável o papel preponderante da juventude em todo o mundo moderno e a atenção com que os seus problemas são encarados e estudados. Tal estudo, porém, não deve nunca assumir exclusivamente o aspecto duma atitude benevolente e paternal das gerações mais velhas. Fora uma profícua análise e solução das questões juvenis é necessária uma intervenção activa e esclarecida da própria juver-



SERVIÇOS DE CENSURA (SÉDE) CORTADO

118

Provas enviadas à Consura em
20 de 12 de 1968

tude a nível nacional através dos seus representantes na Assembleia Nacional.

Mas o limite de 21 anos para exercer o direito de voto silencia a voz da larga maioria dos jovens, que ao atingi-la já ingressaram em actividades características da vida adulta e que, por consequência, deixaram de estar especialmente affectos aos problemas específicos da juventude.

Por isso aquele limite se mostra desajustado à realidade de hoje, impondo-se, em seu lugar, a sua fixação na idade de 18 anos.

Finalmente, no que se refere à seriedade do acto eleitoral, é sobejamente conhecida a flagrante desigualdade, que à sombra da actual lei se estabelece entre as candidaturas oficiais e as oposicionistas, bem como a extensão dos abusos que ela tem permitido por impossibilidade de adequada e oportuna reacção.

Ninguém ignora, após a experiência dos últimos 40 anos, essa situação de desigualdade e os abusos cometidos, cujos aspectos mais salientes são: omissão no recenseamento de cidadãos com pleno direito a nele figurarem, determinada por considerações partidárias; impossibilidade prática da Oposição conhecer os cadernos eleitorais; falta de fiscalização do apuramento dos votos em todas as suas fases; impossibilidade efectiva de reacção contra a duplicação de votos e conspurcação de listas; ausência duma garantia absoluta do sigillo do voto, o que tem permitido influenciar os eleitores, principalmente aqueles que dependem do Govern, coa-



SERVIÇOS DE CENSURA (SÉDE) CORTADO

gindo-os a votar nas litas situacionistas; escassez do período de propaganda eleitoral, que só beneficia os candidatos situacionistas, sendo, como tem sido e é, vedado à Oposição organizar-se politicamente e utilizar os meios de informação.

Nestas circunstâncias, vêm os signatários, utilizando o direito constitucional de representação, requerer a Vossa Excelência providências urgentes no sentido de ser alterada a lei eleitoral visando o estabelecimento das indispensáveis pressupostos à representatividade e seriedade da eleição para deputados à Assembleia Nacional.

Esses pressupostos são os seguintes:

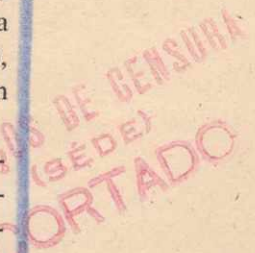
- Estabelecimento para as mulheres portuguesas de condições iguais à dos homens para exercerem o direito do voto;
- Redução para 18 anos da idade mínima dos eleitores;
- Permissão do estabelecimento de comissões distritais promotoras do voto e suas subcomissões de concelho e freguesia, como forma de injejtivar e completar o recenseamento dos eleitores, e ainda de que tais comissões e subcomissões, nos anos de eleição possam funcionar como comissões e subcomissões eleitorais;
- cedência gratuita de uma cópia dos cadernos eleitorais, após a conclusão do recenseamento, no praso de oito dias a contar do pedido feito por qualquer



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

Provas enviadas à Censura em
20 de 12 de 1962

- das referidas comissões distri-
tais, e de uma cópia gratuita
dos cadernos eleitorais de
todo o Círculo no acto da
apresentação de uma lista de
candidatos, a pedidos dos
vinte eleitores que a subscre-
vam;
- identificação do eleitor atra-
vés duma «caderneta de elei-
tor» emitida gratuitamente, na
qual consta o nome, dia do
nascimento, filiação, estado,
profissão e morada;
- fornecimento gratuito pelo
Governo de impressos para
voto, contendo cada um as
várias listas de candidatos do
Círculo eleitoral, devidamente
agrupadas e diferenciadas. Tais
impressos devem obrigatòria-
mente ser expostos em cada
uma das assembleias de voto,
em local bem visível e em
número suficiente;
- Forcimento igualmente gra-
tuito pelo Governo de sobes-
critos que deverão obrigató-
riamente ser expostos nas
assembleias eleitorais ao lado
dos impressos de voto e em
número igual ao destzs;
- Proibição absoluta de distri-
buição dos impressos de voto
ou de sobrescritos;
- votação mediante a entrega
de impresso de voto, encer-
rado pelo eleitor em sobres-
crito fechado, após ter inuti-
lizado, com um risco a tinta,



121

Provas enviadas à Censura em

20 de 12..... de 1968

os candidatos a favor de quem não deseje votar, não envolvendo nulidade do voto, quaisquer manchas e diferenças de tamanho;

— obrigatoriedade das operações de inutilização dos nomes dos candidatos e do encerramento do impresso de voto no sobrescrito serem efectuadas no interior duma cabine de voto improvisada em cada assembleia de forma a manter em absoluto sigilo aquelas operações;

— Fiscalização do apuramento dos votos em todas as suas fases pelos candidatos ou quaisquer representantes das candidaturas;

Alargamento do período de propaganda eleitoral para 60 dias, com plena utilização de todos os meios de informação.

Esperam os signatários que Vossa Excelência se não poonha a que esta representação seja divulgada pela Imprensa, Rádio e Televisão.

Braga, 19 de Novembro de 1968.

A Bem da Nação

Seguem-se as assinaturas de cerca de 400 individualidades que, por manifesta impossibilidade prática, não nos é possível publicar.



SERVIÇOS DE GENSURA
(SÉDE)
CORTADO

122

«O TEMPO E O MODO» N.º 65.66
Provas enviadas à Censura em
20 de de 1962

dos quadros dirigentes da Comissão Executiva da União Nacional.

Do discurso citado, e a que noutro lugar se faz mais pormenorizada referência, alguns aspectos há que reter para maior compreensão do que pretendemos concluir. Consolação de muitos e desesperança de tantos outros, foi o discurso oportunidade para esclarecer rumos da política interna e externa do actual governo e reafirmar os limites da boa-vontade de não ver os portugueses divididos, alguns limites, embora, enquadrados num pano de fundo mais vasto que oferece lugar a muitas expectativas.

Expliquemo-nos então (ainda que nem sempre seja a falar que as pessoas se entendem!). Os limites mais precisos, rígidos e essenciais dentro dos quais o Presidente do Conselho considera possível a criação de *«um clima político sem ódios, sem realiações, que permita um convívio normal entre os que professam opiniões diferentes»* são, por um lado, a aceitação (ou, pelo menos, a necessidade de não pôr em causa) os *acertos da política ultramarina do Governo* e, por outro lado, a rejeição expressa e inequívoca do comunismo (ou socialismo totalitário, na terminologia de alguns).

Propositadamente acentuamos os *acertos da política ultramarina do Governo*. Com efeito, no discurso de 27 de Novembro, procedeu o Prof. Marcello Caetano a uma redefinição do problema ultramarino atra-



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES

124

«O TEMPO E O MOSSO» N. 69.65, 66

Provas enviadas à Censura em
20 de de 1968

vés da qual, retomando embora os aspectos básicos porque esse problema foi encarado por Salazar, o dilui na perspectiva mais geral da defesa de valores que transcendem o próprio espaço português mas de que Portugal se mantém, todavia, bastião. São esses valores — estratégicos, políticos, económicos e até mesmo morais — os que emanam de uma civilização que reivindica para si a defesa do «*mundo livre*», da comunidade de nações que há muito se radicou no convívio protector dos Estados Unidos da América, fora da alçada totalitária da União das Republicas Socialistas Soviéticas, numa palavra: o *Ociden e*.

SERVÍCIOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

Procedeu, assim, o Chefe do Governo português, como que a uma «*dessacralização*» do problema ultramarino, alinhando-o no âmbito mais lato das preocupações concretas do mundo ocidental — a referência à luta movida contra as Forças Armadas, na Guiné, como meio para atingir Cabo Verde, centro vital das comunicações atlânticas, é um nítido argumento adoptado nessa perspectiva. Ou seja, no plano externo, o Prof. Marcello Caetano alinha declaradamente pelo diapasão que tem caracterizado as mais recentes delcarações do Presidente eleito dos Estados Unidos, Richard Nixon, do chanceler alemão ocidental, Kurt Georg Kiesinger, e que foram a pedra de toque das recentes reuniões parlamentares e dos altos comandos militares e civis da N. A. T. O.. Numa



125

«O TEMPO E O MODO» N.º 6465, 66
Provas enviadas à Censura em
20 de ... de 1968

linguagem que nos sugere os tempos da guerra-fria, o Presidente do Conselho no seu discurso, o Dr. Franco Nogueira perante a Assembleia da A. T. A. reunida em Lisboa, não deixaram de expressivamente referir a ameaça que continua a pairar sobre o mundo ocidental e sobre as províncias ultramarinas mais especificamente, sobretudo Guiné: o expansionismo da União Soviética.

O regresso à política de blocos, que se acentua no plano internacional, é sem dúvida uma plataforma mais reconfortante para aqueles que, no plano interno, buscam há tanto tempo e tão preveramente um «modus-vivendi», mesmo que subalterno, com os Poderes constituídos no seio do Regime de Salazar. Com efeito, alarga-se dessa maneira a possibilidade de conciliar opiniões que, se diferentes perante a justificação exclusiva ou predominante que até há pouco era dada por Salazar ao problema ultramarino, já nas suas linhas gerais poderão ser convergentes na perspectiva de defesa dos valores desse mundo ocidental a que alguns interlocutores da oposição ao Regime afirmam a mais completa e incondicional adesão.

Sendo incontestavelmente este o problema mais delicado resultante da demarcação de limites que o Chefe do Governo claramente afirmou nos seus discursos recentes, não há dúvida que ele próprio soube criar a ampla margem que possibilitará as acomodações mínimas e as inevitáveis concessões



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

126



Provas enviadas à Censura em
28 de ... de 1968

da contra parte.

Até porque em relação ao outro limite — expressa rejeição do comunismo — pela mesma ou por diferente terminologia já tal declaração parece ter partido de alguns sectores bem definidos da oposição ao Regime.



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES

Outro dos aspectos particularmente significativos da actividade governativa dos últimos meses, tem sido o ritmo intenso a que se procede à substituição dos governadores-civis em alguns dos mais importantes distritos do País. Substituições essas que, parece, estão longe de ter terminado já que, na opinião de um articulista do jornal «O Século», *«ao que se diz, há dis ri os na bicha»*.

Na iminência do período eleitoral que se avizinha para fins de 1969, o Regime renova os seus quadros preparando com cuidadosa antecedência o terreno de luta que para si demarcou. Com efeito, todas as aberturas que o Prof. Marcello Caetano sabe serem-lhe úteis e necessárias, à medida que a dinâmica que imprimiu à sua acção política se for desenvolvendo, têm que se radicar na solidez de um Regime adaptado às novas condições de vida que escolheu. *«E — recorrendo ainda ao citado articulista do jornal «O Século» — a propósito da larga renovação dos governadores civis, empreendida nos últimos dois a três meses, e ainda não concluída, houve quem se in errogasse sobre se o procedimen o iria ou não ser ornado ex ensivo às câmaras muni-*

Provas enviadas à Censura em
20 de 12 de 1968



IGREJA MARGINAL

— do debate sobre Deus ao caso Felicidade —

À roda daquela mesa (1) estavam cristãos saídos do ghetto. De quase todos sou amigo pessoal, pertencemos à mesma geração de ctólicos, de há uns 10 anos para cá querendo-se «progressivos». E é bem o nosso retrto religioso que o debate revela, nos vários pedaços de auto-biografia que vai do «experiências religiosas» de adolescência-juventude, num certo quadro familiar e social, a um desvanecer-se da imagem de Deus (a de então) no passo da maturação para adulto. Deus-vago hoje para quase todos, senão moribundo.

Fundamentalmente, creio, porque saídos do ghetto. O Deus da família e da classe social que, mais conversão menos conversão, nós tínhamos encontrado, não suporta o ar forte, o vento dos grandes espaços. Os espaços dos combates pelo homem e pelos homens, pela liberdade e pelas liberdades, pela ver-

SERVIÇOS DE CENSURA
CORTADO

SERVIÇOS DE CENSURA
CORTADO

135

dade e pelas verdades, pela vida e pelas vidr. Os espaços onde também a escuridão da opressão, da hipocrisia, da solidão e da morte.

A multiplicação rapidíssima dos meios de comunicação social (o factor novo que inicia o período de história dos anos 50 para cá) e as discussões, dentro e sobretudo fora, do Concílio, obrigatório mas impotente para se concretizar após o termo, aceleraram a nossa saída do ghetto (não sei se completa já) e a entrada no espaço onde a voz de Nietzsche há dezenas de anos soou: Deus... fomos nós que o matámos!

É a escuta dessa voz, nova aos nossos ouvidos, um dos traços da geração cristã post-conciliar, e isto por todo o mundo. No curto espaço de três anos, quantos gestos e gritos diferentes, de Camilo Torres a Robinson, de Charles Davis a Helder da Câmara.

A Idade Média era um espaço fechado (pelo Islão). Deus estava no centro. S. Tomás fez «teologia». Pela brecha da Renascença, entrou a Reforma que quebrou o espaço em dois, um deles com fragmentações sucessivas. Para manter fechada a parte de espaço que lhe ficava, a Igreja católica tornou-se anti-protestante, e depois anti-muitas-outras-coisas. E a «teologia» virou «teologia dogmática».

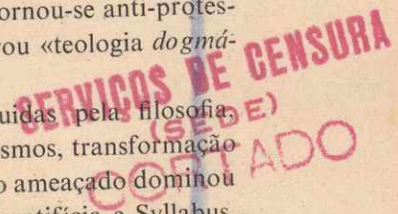
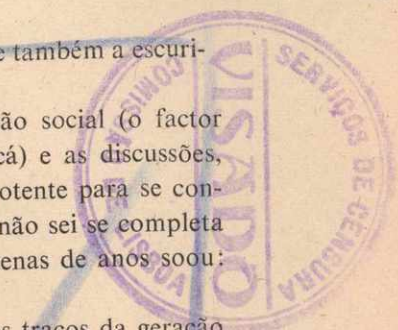
Fendas foram surgindo. As ciências positivas, seguidas pela filosofia, primeiro; a industrialização sobretudo. Repúblicas e socialismos, transformação profunda do espaço. De Pio IX a Pio XII, a defesa do espaço ameaçado dominou todas as outras preocupações hierárquicas. Infallibilidade pontificia e Syllabus, encíclicas, muitas encíclicas. Código de Direito Canónico. E a boa gente que houve, que procurou arejar o espaço «interior», teve sempre mais ou menos medo do espaço «exterior», ateu e diabólico. Marx e Freud, por exemplo, mas muitos mais.

Como foi possível manter tanto tempo, um século e mais, esta resistência e este isolamento? Porque o espaço católico cobria o espaço rural e o da aristocracia defendendo-se, depois o da pequena burguesia e até da grande (o que é paralelo no espaço protestante, ao Norte). E o Deus da Família e da Tradição sociológica garantia nas «almas» uma experiência religiosa onde a voz papal encontrava eco submisso. Era só medo? Pelo menos, instinto de defesa.

Medo e instinto de defesa dominam os gestos hoje das hierarquias post-conciliares, mesmo as mais ousadas. Os reacionários de Vaticano II tinham razão: algumas das linhas fundamentais dos textos aprovados (mesmo se limitadas nas aplicações) punham em questão o solo religioso do ghetto cristão. Ei-lo a abrir fendas fundas.

Será optimismo ingénuo crer que tudo desabarà rapidamente. Nos Estados Unidos, o número daqueles que dizem pertencer a uma confissão religiosa

136



Provas enviadas à Censura em

20 de 12 de 1962

passou, do início do século a 1956, de cerca de 40 a 89%. E a defesa da «civilização cristã» não está prestes a terminar, antes pelo contrário. Vide Spellman, Colômbia deste Verão...

Não se trata senão de fendas, mas somos nós que estamos nelas. Fedas por onde muitos se escapam silenciosamente. Indiferentes ou agnóstios uns, reclamando-se ainda de motivações cristãs individuais outros, é a mesma recusa da irrespirabilidade das estruturas eclesiásticas que os move. Como quem deixa uma mulher que já não ama, às vezes com a tristeza impotente dos que não encontraram outra para amar. Mas como ficar?

Também em Belém a fenda se cavava. Mas em vez do silêncio dos que se retiraram, ouviu-se a voz forte da cólera, inesperada e sacudidora.

José Felicidade é exemplar. Filho de Vale da Quinta, aí a raiz telúrica da sua violência purificante. 12 anos de seminário. Professor de Teologia, tomista na sua estruturação intelectual, teologia dogmática também, entusiasta de Mystici Corporis e de Pio XII, e, já a paroquialidade, de Teilhard de Chardin, ele como que fez a caminhada inteira.

Porque não renunciando à inteireza rural que lhe moldou a aprendizagem da língua, nunca esteve completamente t vontade na sua paróquia de grande burguesia. Rude e mesmo grosseiro por vezes, incapaz de se dobrar às «conveniências», fossem sociais ou políticas, fossem eclesiásticas, ou urdos combates travados (de que ecos por vezes nos chegavam cá fora) tornando-lhe agudo o olhar e purificaram-lhe a fé.

Início — FERREIRA

Aprendi a conhecê-lo este ano, em Paris, tornámo-nos amigos. Para além de diferenças temperamentais mais ou menos nítidas (sou filho da burguesia, eu), eis brevemente algo do que apreciei nele:

— a verificação de que o ponto sólido da sua actuação inesperada era Jesus Cristo e o seu Evangelho, despidos da genga da cristandadebruguesa, e de que não o opunha à Igreja mas antes os ligava intimamente.

— a sua compreensão da dimensão social e política do Evangelho, da solidariedade a buscar com os oprimidos deste mundo.

— a sua capacidade profunda de cólera, bem rara nos meios clericais. cólera orientada para o concreto essencial que é sempre, na experiência bíblica, o objecto a cólera dos profetas, de Jesus Cristo, de Tiago... de Deus, segundo o seu testemunho.

— a sua maneira como, temperamento exaltado e violento, soube distinguir as pessoas e as intenções dos frutos do seu agir na estrutura opressora.

— o risco de reprovação social, de «quebra da carreira», que assumiu

137

lúcida~~me~~te, sem se resignar a ela (como Paulo não se resignou a não ser tratado como «cidadão romano», embora a seus olhos isso fosse nada).

A lógica do sistema reagiu implacavelmente. A suspensão «a divinis» procura calar essa voz inquietante e isolá-la, pô-la à margem. Porque o sistema pode lamentar os que saem silenciosamente, *não pode*, por razões de sobrevivências, admitir que se abra um espaço de contestação do seu seio. *Não pode* que está para além de considerações de gratidão por vinte anos de serviço dedicado.

Porque a voz da cólera não busca a destruição apenas, sobretudo apela à construção. Todos aqueles que, nas fendas do ghetto, fomos sensíveis a esse apelo, estamos confrontados à conquista dum espaço evangélico dentro da Igreja. É aí que a partilha se faz entre os que saem do ghetto: abandono ou reclamação dum lugar respeitável, como é próprio do Espírito. Pois, para além de nós, é o Espírito que sacode a velha casa eclesiástica para a confrontar com a diáspora. O sopro do Espírito, sopro de tempestade já na manhã de Pentecostes, provoca sempre rupturas. A uns gela-os e põe-os à defesa outros gera-os para uma vida nova.

Da capacidade de fidelidade evangélica dos que se querem na ponta missionária da renovação, nomeadamente na proximidade concreta do Mundo dos oprimidos, e do discernimento dos sucessores dos Apóstolos em entenderem e apressarem em gestos decisivos e corajosos a abertura deste espaço novo para o Espírito, desta fidelidade — discernimento dependerá a maior ou menor amplidão da ruptura. Esta pode vir a ter aliás carácter cismático (a angústia de Paulo VI!), de tal maneira os factores sócio-económicos pesam sobre ela.

José Felicidade, mais do que crente ou religioso, afirma-se como cristão. Encontrou Jesus Cristo na Igreja e por isso não quer sair dela. Se o abandonarmos, ele poderá cair, como tantas outras vítimas cujo sangue ficou a clamar ao longo da história. Mas nenhum sistema pode calar o Espírito e impedi-lo de abrir brechas. Porque ele é *poder*, na medida mesma em que é fonte de paz.

Uma questão essencial, de ordem prática, se põe a todos os cristãos que se sentem solidários com o Padre Felicidade: ele continua ou não a valer como *padre* para nós?

A teologia clássica afirma categoricamente que a sua ordenação é sempre *válida* (sacerdotes in ae ternum) e também *válidos* os gestos sacramentais que realizar. A suspensão apenas a torna *ilícita*, isto é, ilegal, contrária à lei, ao direito canónico. Mas cristãos que, por um lado, se querem em comunhão com a Igreja de Jesus Cristo e a reconhecem subsistente na Igreja de comunhão romana — da qual vem a Lei e a suspensão «a divinis» (2) — e por outro lado reconhecem no Pe. Felicidade uma atitude corajosa de fé e de esperança, atitude que *sma* anúncio da Boa Nova de Jesus Cristo, que se sentem convidados

por essa atitude-anúncio a procurar mais evangêlicamente o Reino de Deus na sociedade em que vivem, cristãos assim devidos entre duas opções podem aceitar que o serviço do Reino do Pe. Felicidade continua a ser-lhes útil fecundo ou devem ver nele apenas (o que é muito) o camarada-cristão?

Esta questão, urgente, exige ser posta teològicamente de maneira a encontrar no Novo Testamento uma linha de resposta. É um esboço dessa maneira de pôr a questão e de leitura de resposta que se tenta aqui.

Pois, por estranho que pareça, uma problemática muito semelhante a esta passa pelas cartas de Paulo e pelos Actos dos Apóstolos. foi a própria problemática do missionário dos gregos-pagãos nas suas relações com as Igrejas judaicas da Palestina.

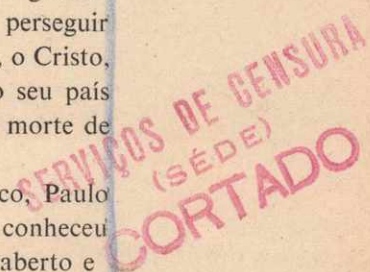
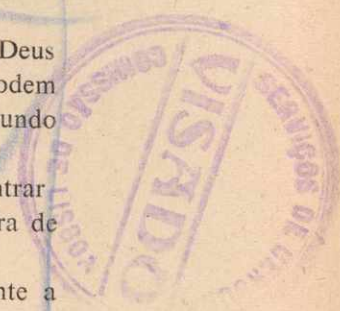
Três elementos do caminho de Paulo interessa focar: a sua conversão, o tema missionário da oposição Lei/fé em Jesus Cristo e os critérios da missão segundo o Espírito e a comunhão eclesial.

a) *A conversão de Paulo* — Este é um fariseu de estrita obediência e grandd zelo religioso, reconhecido e apreciado pelos seus. Zelo que o leva a perseguir a nova seita de judeus-missionários (que crêm ter encontrado o Messias, o Cristo, em Jesus de Nazaré, morto pelos dirigentes religiosos e políticos do seu país e que dizem ter sido ressuscitado por Deus) e a ser responsável pela morte de Estevão.

1.º elemento eclesial da conversão: antes da estrada de Damasco, Paulo viu a maneira de viver e de confessar a fé destes cristãos que persegue, conheceu Estevão e ouviu a sua afirmação messiânica de Jesus: «vejo os céus aberto e o Filho do Homem de pé à direita de Deus (Act. 7/56).

A descrição do cap. 9/ dos Act. da conversão faz intervir directamente uma aparição do Jesus ressuscitado e sublinha portanto a transcendência, em relação aos próprios Apóstolos, do apelo que Jesus dirige a quem ele quer. Nenhum do Colégio dos 12 será o missionário dos gregos-pagãos, mas quem Mesus escolhe. D mesma maneira, no cap. 10/, a conversão de Cornélio e dos seus companheiros, não-judeus, impõe-se aos Apóstolos que lhe resistem, pela descida do Espírito: «Pode-se recusar a água do baptismo àqueles que receberam o Espírito Santo como nós?» (Act 10/47). Mas o Jess que se manifesta é aquele que Paulo persegue (2.º elemento eclesial) e por isso ao convertido é dito que entre na cidade e lá lhe dirão o que deve fazer.

3.º elemento eclesial: é o discípulo Ananias que lhe impõe as mãos e lhe dá a vista (ligação do elemento eclesial ao elemento «místico» da conversão) e que o baptiza. Em resumo, a conversão não seria possível sem a visão do testemunho dos cristãos e a audição da proclamação da sua fé nem sem a recepção do baptismo que o faz entrar na comunhão eclesial. Um elemento transcendente se impõe: o Jesus ressuscitado, perseguido nos cristãos persegui-



139

dos, escolhe quem ele quer e «impõe» os seus escolhidos à comunidade eclesial apostólica.

Este elemento de comunhão eclesial jogará constantemente na actuação missionária de Paulo: integrado por Barnabé na Igreja de Antioquia, será enviado com este à missão entre os gregos-pagãos, procurará sempre manter a comunhão eclesial nas suas várias vindas a Jerusalém, ao encontro dos Apóstolos.

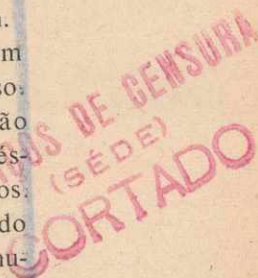
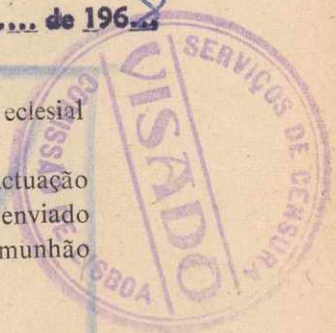
b) *A oposição Lei/fé em Jesus Cristo* — Sabe-se que é o tema que domina as cartas aos Gálatas e aos Romanos, bem como o «concílio» de Jerusalém. em Act 15/.

Nele se manifesta a problemática missionária essencial que se põe ao antigo seguidor da Lei de Moisés, convertido a Jesus Cristo. As Igrejas da Judeia e da Diáspora circuncidando a Palestina, constituídas essencialmente por judeus ou pagãos-tementes-a-Deus (como Cornélio citado) que, ao se converterem, já vivem segundo os «costumes judeus», essas Igrejas mantêm o essencial da religião judaica, da sua observância da Lei e do culto, mesmo se conscientes de que a ressurreição de Jesus e o ouvido do Espírito pentecostal introduziu um elemento novo essencial. Mas os longos hábitos adquiridos não lhes permitem ver a ruptura exigida por essa mesma fé, em relação ao antigo mundo religioso. É uma continuidade que se lhes afirma entre o passado e o presente, na expressão social da sua fé messiânica, a ruptura não emergindo senão nas reuniões domésticas de fracção do pão e nas ocasionais perseguições dos judeus não cristãos.

Missionário dum mundo hostil ao judaísmo e ignorante da sua religião, saído do ghetto, a ruptura impõe-se muito cedo a Paulo com a constituição de comunidades de cristãos não-judeus na maioria. É que a sua própria conversão se lhe impôs como uma ruptura com o passado de fariseu, provocada pela irrupção da fé no Cristo ressuscitado e da esperança no cumprimento da promessa constitutiva de Israel.

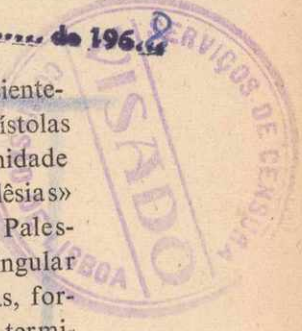
Não lhe veio portanto sequer a ideia de obrigar os novos cristãos a se «judaizarem» para se tornarem cristãos e quando os cristãos-judeus polemicam contra ele e o atacam por esse abandono da Lei e costumes tradicionais, a única solução é um confronto em face dos Apóstolos, em Jerusalém, e a sujeição ao veredicto deles, que é favorável a Paulo.

Na base da argumentação de Paulo em Gal. e Rom. está a ideia forte de que a Lei de Moisés foi incapaz de conuzir à fé em Jesus Cristo (foram seguidores da Lei que, em nome dela, mataram Jesus) e por isso ficou caduca face à única força de salvação: o nome de Jesus. O Cristo de Deus, a fé nele produzindo frutos de Espírito que são as únicas arras de salvação. Só portanto a fé, a esperança e o amor são essenciais na comunhão eclesial, e estas manifestadas em actos concretos, como veremos.



135 140

686166
Provas enviadas à Comissão em
20 de [illegible] de 1964



c) *Crítérios de missão* — L. Cerfaux⁽³⁾ estabeleceu de forma suficientemente rigorosa o uso paulino do termo «ekklêsia». Nas primeiras epístolas (de 1 Tes a Rom), Ekklêsia (tou Theou = Igreja de Deus) indica a comunidade apostólica da Judeia, donde a Palavra teve origem missionária, e «ekklêsias» as comunidades locais, quer as fundadas por Paulo, quer as existentes na Palestina e vizinhança. Só em Efés. e Coloss. o termo Ekklêsia aparece no singular e com um carácter universal: significa a comunhão de todas as ekklêsias, formando um só Corpo de Cristo. O que há por debaixo desta variação terminológica?

1./ — Que a origem da missão é a comunidade reunida em torno dos Apóstolos e da qual ele, Paulo, é enviado.

2./ — A existência como autênticas Igrejas de novas comunidades de crentes e a comunhão ainda mal estabelecida delas com a primeira.

3./ — A comunhão das Igrejas numa só Igreja, finalmente reconhecida assim.

Interessa-nos ver quais os elementos que jogam na evolução e 1 a 2 e na de 2 a 3, e nos permitirão interrogarmo-nos sobre os sinais da missão.

De 1 a 2 — É o tempo da fundação de comunidades de gregos-pagãos convertidos e da polémica com judeus-cristãos a que já nos referimos. Qual é a argumentação de Paulo? Releia-se Act 14/27 e o cap. 15/. A missão foi confirmada por «tudo o que Deus tinha feito com eles» (15/4) e é Pedro quem o ratifica: «Deus deu-lhes o Espírito Santo (aos pagãos) tal como a nós. Não fez

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

736 141

nenhuma diferença entre eles e nós, pois que justificou o seu coração pela fé. Porquê provocar Deus impondo aos discípulos um jugo que nem os nossos pais nem nós mesmos fomos capazes de suportar? Acreditemos que é pela graça do Senhor Jesus que somos salvos, exatamente como eles» (15/8-11).

O reconhecimento pelos Apóstolos da comunhão de Paulo com eles — no mesmo anúncio de Jesus Cristo — é o elemento eclesial que corrobora a missão, mas estas *antes* é afirmada pelos *frutos de fé* (os que se convertem) desse mesmo anúncio. Estes dois elementos vão-nos ser extremamente úteis na reflexão sobre a marginalidade.

De 2 a 3 — Mas a comunhão não é totalmente firme, como reela a terminologia paulina. Ela existe, pois Paulo também chama «igrejas» às comunidades que funda e os apóstolos reconhecem, mas não fala ainda de «Igreja» no sentido englobante de todas elas. O elemento decisivo entre 2 e 3 é, sublinha também Cerfaux mas sem tirar todas as consequências (4), a colecta de dinheiros que Paulo então fez entre todas as igrejas que fundou para obviar à situação material difícil dos cristãos da Judeia. Há um elemento concreto, isível, de comunhão, de amor fraterno, partilha do pão e dos bens entre comunidades de raças e tradições diferentes que se reconhecem fraternas em Jesus Cristo. Essa partilha consagra a unidade. Paulo pode então falar de Igreja, da reconciliação estabelecida entre pagãos e judeus, vencido o muro de ódio que os separava. É esta unidade, *manifestada na partilha económica*, que Paulo saúda ao longo do hino que enche os três primeiros capítulos de Efes.

Eis um terceiro critério importante de comunhão eclesial, que aliás já tinha jogado antes entre as Igrejas de Antioquia e de Jerusalém (Act 11/27-30).

No mesmo sentido em que se pode dizer que Paulo fundou igrejas marginais ou diaspóricas em relação às palestineanas, nós encontramos hoje confrontados a uma marginalidade eclesial, na medida mesma da saída do ghetto.

Quais as condições evangélicas desta marginalidade?

1.º Que tenhamos encontrado Jesus Cristo na Igreja sociologicamente concreta, reunida em volta dos sucessores dos Apóstolos e de Pedro (falo como «católico» que sou, a questão protestante levaria a outras reflexões), e reconheçamos que só eclesialmente Jesus é fecundo em Espírito.

Portanto que procuremos, ao deixar cair a ganga do ghetto de cristandade, encontrar o essencial da fé em Jesus, o Cristo de Deus, da esperança na sua promessa de transfiguração da Terra, do amor fraterno, em especial pelos oprimidos, e ao Pai, e saibamos discernir que é por aí que passa a nossa comunhão eclesial com a Igreja concreta. É este essencial de fé/esperança/amor que jul-

F37 12

«O TEMPO DO MEU...» 64-65-66

Provas enviadas à Censura em

20 de 12 de 1968

gará os nossos gestos, quer de contestação missionária. O sistema eclesiástico não anuncia o Evangelho, antes o esconde e o trai, mas se o encontramos na Igreja é que dentro do sistema algo de vivo subsiste (concreto, não «místico» nem «invisível»: pela minha parte sei citar nomes), onde a origem da nossa fé, e só aí.

2.º Que esta marginalidade seja missionariamente fecunda, isto é, que o Espírito manifeste na fé dos que se conertem (nós mesmos e outros, dentre os que vivem nos grandes espaços do vento), que é ele a fonte da nossa luta. Pois ou haverá fé/esperança/amor nos nossos gestos, o sinal das bemaventuranças e isso é anúncio de Jesus Cristo, anúncio que alguns escutam, ou nos enganamos a nós próprios e definharemos lentamente. Será por aqui que um dia o Espírito imporá aos Bispos o reconhecerem que nós também somos cristãos da mesma Igreja, para além dos costumes eclesiásticos ocidentais rejeitados.

3.º Que em gestos concretos, agora ou mais tarde que a caminhada será longa, de partilha com os cristãos do ghetto ainda ghetto, vamos caminhando para um reconhecimento da unidade isível hoje escondida e diferida. De qualquer maneira, é dos sucessores dos Apóstolos, convertidos também, que um dia virá a confirmação explícita da nossa comunhão eclesial, senão dos actuais, actuais, dos outros a seguir. Pois que aos seus olhos hoje mais não somos que baptizados em estado de excomunhão latente.

Neste contexto, creio que o dilema acima levantado sobre o José Felicidade «suspensão», se situa e aclara.

Para quem o direito canónico valer mais que a fé/esperança/amor dos gestos arriscados, a suspensão está lá. Terão pena dele, ressentimento talvez, mas nada mais. Para quem for vendo nele sinais do Espírito e do Reino, quem dele (ou melhor, com ele do Outro) receber luz e esperança e paz, e isso for maior do que todas as leis, ciis ou caónicas, para essas a «suspensão», dolorosamente sentida, confirma apenas que o sistema edlesiástico deverá desaparecer, como a Lei de Moisés caducou. Estarão na marginalidade.

E o José Felicidade será o Padre Felicidade, agora mais livre. Pois que ser ou não ser «padre» (para além do termo pouco próprio) não é uma realidade em si, mas algo que à fé é dado reconhecer nos frutos do Espírito. Fé celesial, como tentei dizer, que outra não creio que haja. No ghetto ou marginais, todos seremos julgados pelo Espírito.

FERNANDO BELO (lic. em teologia)

~~BB~~ 193

7 de Outubro — Continua estacionário o Estado do presidente Salazar.

O *Diário de Lisboa* transcreve passagens da imprensa americana sobre a política portuguesa: «O novo chefe do Governo português, Marcello Caetano, é indubitável que vai mudar o estilo de Governo, mas não, provavelmente a política seguida até aqui». Noutro passo: «Marcello Caetano não tem pressa».

Apresentaram o seu pedido de demissão ao cardeal-patriarca de Lisboa o reitor, o vice-reitor e cinco padres-professores do seminário dos Olivais.

8 de Outubro — «Agravou-se o estado de saúde do presidente Salazar» é sob este título que o *Diário de Lisboa* comunica uma nova perturbação na saúde do Presidente e noticia uma visita, à casa de saúde, do Chefe do Estado que «entrou pelas traseiras de rosto carregado e tomou lugar num monta-cargas, que o levou até ao sexto andar».

O Cardeal Patriarca aceitou as demissões do reitor, vice-reitor e professores do Seminário dos Olivais.

9 de Outubro — O vespertir *A Capital* transcreve passagens de um artigo publicado no jornal inglês *Catholic Herald*, no qual se lê: «tradicionalmente, Portugal tem perUanecido de costas voltadas para a Europa» e mais adiante: «a sua cultura (a de Portugal) tornou-se introvertida, uma tendência para vkver o seu prAprio destino. Aqui em Lisboa pode sentir-se facilmente o

afastamento que existe em relação às principais correntes europeias de pensamento e continua-se a falar de lusotropicalismo como símbolo da maneira portuguesa de estar no mundo», noutro passo: «Quando são particularmente atingidos por um crítico europeu, os portugueses afirmam mesmo que, pela maneira como o futuro se está a delinear a Europa não lhes interessa».

10 de Outubro — «Ao agradecer a vossa presença e as vossas palavras quero sublinhar que o Governo, fiel à Constituição Política, não pode deixar de ser fiel aos ideais corporativos» — afirmou o Presidente do Conselho ao receber os presidentes das nove Corporações existentes.

11 de Outubro — «O estado do Presidente Salazar é rigorosamente estacionário nas últimas trinta e seis horas» afirmou o prof. Dr. Eduardo Coelho.

12 de Outubro — Apresentando uma fotografia do cardeal-Patriarca, em que é bem visível um crucifixo sobre o peito, escreve o *Diário Popular* num cabeçalho: «Cardeal Cerejeira: 80 anos de idade e 50 de episcopado».

Na secção Diária Político informa o mesmo jornal: «O Sr. Presidente do Conselho recebeu esta manhã o almirante Henrique Tenreiro».

13 de Outubro — Mantém-se estacionário o estado do Presidente Salazar.

«Possibilidade de chuviscos no litoral do Minho e Douro litoral. Nas restantes regiões, céu geralmente limpo, vento fraco e nevoeiro

Provas enviadas à Censura em

20 de 12 de 1968

matinal nos vales» — Previsão Meteorológica para amanhã.

14 de Outubro — «Seja como for quero vincar que a nova política em nada se alterou tanto no que toca à N. A. T. O. como no que respeita à África e prosseguiremos com determinação» — afirmou o Ministro Português dos Negócios Estrangeiros à Associação do Tratado do Atlântico.

O Sr. Mau Pio Brosio secretário-geral da N. A. T. O. esteve na casa de saúde da Cruz Vermelha.

15 de Outubro — «O poder não dialoga» — afirmou o Ministro do Interior na tomada de posse do novo Governador Civil de Beja e referindo-se a algumas discordâncias manifestadas pela nomeação do Sr. Vieira da Silva para aquele cargo, disse: «O que não é possível é negar ao Governo o direito de escolher o seu representante (o sublinhado é nosso no distrito)».

16 de Outubro — «O dr. Azeredo Perdigão condecorado pelo Papa — as insígnias de comendador da ordem do S. Gregório foram hoje entregues ao presidente da Fundação Gulbenkian» — assim intitula o Diário de Lisboa a notícia da entrega ao dr. Perdigão da condecoração pontifícia pelo patriarca arménio católico Ignace Batanian, que, segundo o mesmo jornal, «referindo-se a Calouste Gulbenkian, motivo de orgulho para os arménios, disse, tratar-se de uma pessoa muito inteligente que, tendo recebido das mãos do Senhor tantos bens materiais, os soube fazer frutificar de forma admirável (...). «E, na Fundação» — posse-

Provas enviadas à Censura em

20 de 12 de 1968.

Regista também uma delcaração do Prof. Bissaia Barreto: «O Sr Presidente já não está a dieta sintética e aproxima-se agora da dieta normal. Mas, nessa dieta, só toma produtos portugueses».

Srs. Correia de Oliveira e Moreira Baptista, ministro da Economia e Secretário de Estado da Informação e Turismo respectivamente, foram condecorados com a Ordem de Mérito pelo Governo da Alemanha Feddal.

22 de Outubro — O estado do Presidente Salazar mantém-se, com ligeiras flutuações, idêntico ao dos dias anteriores.

23 de Outubro — «A minha visita a Portugal e à Espanha significa que, em meu entender, estes dois países fazem parte integrante da Europa» — declarou o chanceler Kiesinger, numa recepção dada em Bona em honra dos jornalistas portugueses e espanhóis.

24 de Outubro — Chegou hoje a Lisboa o chanceler da República Federal da Alemanha, Kiesinger.

25 de Outubro — Continua a visita a Portugal do chanceler Kiesinger.

Segundo uma declaração do Prof. Eduardo Coelho, registada pelo *Diário Popular*, o Presidente Salazar já escreve o seu nome.

26 de Outubro — «A amizade luso-alemã pode implicar um reconhecimento da politica ultramarina Portuguesa» — declarou, segundo *A Capital*, o Dr. Franco Nogueira durante uma conferência de Imprensa.

148

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
CORTES

SERVIÇOS DE CENSURA
LISBOA

Provas enviadas à Censura em
26 de 12 de 1968;

indignada dum projecta. Mas não advertiram que faltava a esta para ser autêntica, o selo da Igreja, isto é, da autoridade hierárquica (...)). A decisão tomada pelo Sr. Cardeal-Patriarca foi-o, como esclarece o comunicado: «incoando o Espírito Santo»; «côncio do peso das Nossas responsabilidades como Mestre, Pastor e Guia do povo de Deus no Patriarcado de Lisboa»; «com o coração e a alma aflita» e «obrigado por imperativo da Igreja».

Foi negado provimento ao recurso interposto pela direcção da Sociedade Portuguesa de Escritores no Supremo Tribunal Administrativo, em consequência da dissolução da Sociedade pelo Ministro Galvão Teles.

Foi promovido a general o brigadeiro Kaulza de Arriaga.

9 de Novembro — «Só mais uma nota: todos sabem do meu amor à liberdade. Mas a todos lembro que, como vós, igual amor tenho à autoridade, à ordem, à tranquilidade...», palavras do Dr. Vale Guimarães ao ser empossado como Governador Civil de Aveiro.

11 de Novembro — O Padre Felicidade ao *Diário de Lisboa*: «Penso que (o Decreto do Sr. Cardeal-Patriarca) teve algumas vantagens preciosas: desmascarou o mito «paternalista»; chamou a atenção para o facto de os métodos da Inquisição continuarem patentes na Igreja, confirmou que os métodos do estalinismo no exercício do poder eclesiástico continuavam como antes do Vaticano II. Outra conclusão que tirei é a de

Provas enviadas à Censura em

20 de Novembro de 1968

que a Contra-Reforma teve apenas uma pausa no tempo de João XXIII. As esperanças suscitadas nas pessoas de boa vontade pelos tentos do Vaticano II têm, para mim, o sabor de um logro.»

13 de Novembro—O subsídio abonado aos deputados da Assembleia Nacional e aos procuradores da Câmara Corporativa, durante o período de sessão legislativa, que era de 200 escudos diários foi aumentado para 240 escudos.

14 de Novembro—A nota do Dia do Diário de Lisboa: «Teve o senhor deputado Dr. Augusto Simões, ao que a reportagem regista, no passeio de saudade que o Presidente do Conselho fez às terras onde nasceu e onde nasceram os seus amiores, a lembrança de uma homenagem». E assim que vem escrito e descrito: «sugeriu que, a assinalar a visita do Presidente do Concelho, fosse inaugurado no Monte Redondo, monte que passaria a ter o nome de Marcello Caetano, um monumento a perpetuar de geração em geração, a tenacidade do homem da serra».

15 de Novembro—«A P. S. P. é um corpo separado e organizado perante esta ideia central: em quaisquer circunstâncias e contra todos, tem de defender a ordem» — declarou o ministro do Interior na sua visita àquela corporação.

16 de Novembro—«Portugal é um país excepcional para investimentos estrangeiros», declarou Nelson Rockefeller, governador do Estado de Nova Iorque, ao Diário Popular.

64-65-66

62-63

«O TEMPO E O MODO» N.º.....

Provas enviadas à Censura em
22 de de 1968

jart que se solidariza com o *Living* mas acha seu dever representar; manifestação à saída do espectáculo: Bèjart e Vilar apupados;

- 4 de Agosto — espectáculo de Maurice Bèjart na rua, à beira do rio, organizado pelo município e por Vilar;
- 12 de Agosto — estreia do Filme *Iagnar* de J. Ronch: tentativas de impedimento da projecção;
- 13 de Agosto — estreia do *Jaguar* de J. Rouch no Palácio dos Papas: manifestações no fim do espectáculo, proposição de J. Rouch de um debate no dia seguinte no *Verger*;
- 14 de Agosto — à tarde: debate no *Verger*; à noite: estreia de *Baisers Volés* de Truffaut no Palácio dos Papas: tentativa de prolongamento do debate no fim do espectáculo, transferência para um dos cinemas de Avignon; fim do Festival.



3. O que contestavam os «150 vindos de Paris»?

«13 perguntas aos organizadores e aos participantes do Festival de Avignon:

O Festival de Avignon apresenta-se este ano como um «estival diferente dos outros»: convida-se a ele, programa-se nele, a contestação no interior dos «Assises du Théâtre» e enquanto uma violenta campanha jornalística (*) toma como alvo a companhia do Living Theatre, hóspede oficial, muitos jovens são já objecto de interpelações, de controles por parte da polícia nas ruas da cidade. A amguidade reina. Nestas condições pareceu-nos útil propor a

SERVÍCIOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES

Provas enviadas à Censura em
22 de 11 de 1968

309

reflexão tanto dos participantes como dos organizadores — já que é evidente que o debate se faz imediatamente e já alargada a todos aqueles que sentem que lhes diz respeito o impacto que os «acontecimentos de maio» tiveram e continuam a ter sobre o funcionamento normal das instituições, sejam elas culturais ou políticas — as seguintes perguntas:

Apoiando-se em inquéritos sociológicos, alguns deploram que o Festival de Avignon seja burguês: quer dizer, que só uma percentagem irrisório de trabalhadores aí vá. Na realidade, o seu público é constituído na sua maior parte por turistas e membros das classes médias ou dirigentes, aliás como acontece com as «Maisons de la Culture». Trata-se portanto de uma cultura de classe sobre a qual os problemas políticos e económicos dos trabalhadores urbanos e rurais não têm ou têm muito pouca incidência. Estabelecendo uma relação mercantil com o seu público os produtores e os proprietários desta cultura servem automaticamente os interesses duma categoria social em prejuízo de outra; mas não é tudo: a cultura industrial, seja ela de «direita» ou de «esquerda» age no sentido da contra-revolução permanente visto que transforma obrigatoriamente a sua clientela numa massa de robots amorfos bons para consumir o «já-cozinhado» cultural e a cair na rede dos «loisirs» organizados. A universidade em crise, a cultura em crise são indissociáveis do capitalismo. Desaparecerão com ele. Que se poderá fazer para acelerar este desaparecimento?

A contestação coerciva assumida pela cultura no quadro legal da sociedade de exploração não começará pelo pôr em questão directo



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

Provas enviadas à Censura em
22 de de 1968

e radical da própria existência duma indústria do espectáculo? Qualquer contestação integrada no circuito oficial ou comercial não estará «a fortiori» institucionalizada, castrada e recuperada pelo Poder? Enquanto a infra-estrutura alienadora e repressiva sobre a qual repousa a Cultura não for ANTES DE TUDO globalmente contestada, poderá tratar-se de outra coisa que não seja uma contestação ela-própria alienada, limitada, simbólica?

Os Fiscais da cultura (oficial ou oficiosa) exercendo o seu monopólio sobre os meios de criação e de difusão, não reforçarão o aprelho repressivo do estado policial do mesmo modo que um governo mandando reocupar a Sorbonne ou o Odéon por intermédio dos C. R. S. e do Prefeito da Polícia?

Em qualquer outra perspectiva que não seja conservadora e reformista, o papel representado pelos intermediários e Fiscais (produtores, directores de museus, de teatros de galerias, de casas editoras, ministros dos assuntos culturais, etc....) não se deverá abolir pura e simplesmente? Qualquer concepção de cultura enquanto que domínio reservado a especialistas remunerados não será, na realidade, repressiva e autoritária?

Qualquer eventual arranque de um processo de criação colectiva e permanente — não reservada a uma elite — não poria «a priori» a necessidade de acabar qualquer divórcio entre «a arte» e «a vida», qualquer distinção entre as actividades artísticas e as actividades políticas e sociais quotidianas? O acto criador ficando finalmente livre da censura que o anula? O inconsciente enfim liberto do regime policial que o nega?



SERVÍÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

64-65-66

«O TEMPO E O MODO» N.º..... 62-63

Provas enviadas à Censura em
22 de 11 de 1968

A cultura industrial, do mesmo modo que a universidade burguesa, não constituirá um écran de fumo destinado a tornar impossível, a impedir, qualquer tomada de consciência e qualquer actividade política libertadora? O teatro, seja ele convencional ou de «avant-garde», não veiculará esta interdição na medida em que substitui a representação pela acção directa? O teatro ideológico, em particular, sejam quais forem as suas intenções e o seu «conteúdo», não será o responsável pela situação alienatória e sub-desenvolvedora em que coloca os seus espectadores?

O teatro e o cinema de grande consumo não continuarão o aparelho repressivo da classe dirigente ao controlarem e determinarem a imagem que os consumidores fazem deles mesmos?

Será possível contestar eficazmente o sistema capitalista sem pôr primeiro em questão o próprio papel que se representa neste sistema? Os intelectuais e os artistas (actores, pintores, escritores, etc....) que puseram em movimento o comboio do «movimento de maio» e que se contentaram com exprimir reivindicações corporatistas quantitativas não terão explorado, por este facto, a dinâmica deste movimento com os mesmos fins que o Estado e os partidos?

As diferentes forças da ordem (dos guardas da paz à D. S. T.) que representaram no teatro das operações de maio o papel que se sabe, intervirão na crise da cultura da mesma maneira que intervieram na crise universitária, quer dizer, com gazes asfixiantes, granadas ofensivas, matracagens intensivas, prisões, buscas, etc. ...? Qual pode ser o papel



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

64-65-66

62-63

«O TEMPO E O MODO» N.º.....

Provas enviadas à Censura em
22 de 11 de 1968

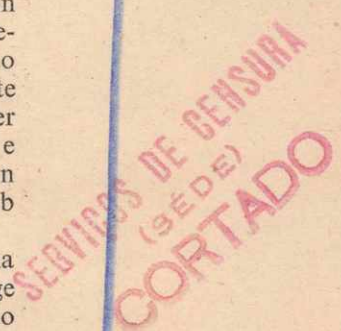
dós numerosos «gardes mobiles», C. R. S., inspectores à paisana, actualmente em serviço na cidade de Avignon? Qual o papel administrativo no Festival que o Prefeito do Vaucluse ou o Ministério dos Assuntos Culturais lhes pensariam confiar se um movimento se desenhasse entre os participantes do Festival que tendesse não para modernizar nem melhorar a cultura industrial de Estado (subvencionada) mas para aboli-la e substituí-la?

Como é que, quando em Avignon a indústria do espectáculo se integrou na indústria do Turismo ao ponto de a ela ser completamente submetida, será possível pretender uma real libertação da expressão e da acção? A «mise en condition» será mais tolerável se oculta sob uma máscara «artística»?

Quando através do mundo uma importante corrente criadora age desde há alguns anos no sentido do teatro de rua, gratuita e livre, preocupado prioritariamente pela acção política, como será possível ao mesmo tempo proibir-lhe as ruas de Avignon e pretender organizar um «Festival da contestação»?

Quais seriam os problemas postos pela constituição, na altura do Festival de Avignon, de um duplo poder perante o do Estado e das «autoridades», que respondesse ao desejo colectivo e que não se limitasse a conversas fiadas entre especialistas da cultura preocupados com a conservação dos seus lugares privilegiados?

Neste período de refluxo e de repressão, a questão que se nos põe não será ainda e sempre a do exercício por TODOS do direito do homem a dispor psíquica e socialmente de si-próprio?



312

64-65-66

«O TEMPO E O MODO» N.º.....

Provas enviadas à Censura em
22 de de 1968

62-63

O Comité de Acção

Julho 1968



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

4. *Que conseguiram os «150 vindos de Paris»?*

— Que no Festival de Avignon programado por Vilar, no seu 21.º ano acabasse por não haver qualquer espectáculo de teatro;

— que o *Living Theatre* fosse muito além do que se propusera, saísse do que tinha aceitado fazer (a sua demonstração pacífica sobre dinheiro, sexo, comunidade e violência, no *Cloître des Carmes*, à porta fechada, com entradas pagas), que se tornasse no melhor instrumento da contestação da «Culture de Pape» (1);

— Que Maurice Béjart mostrasse o que é: um coreógrafo bem intencionado capaz do que muito bem sabemos, de acolher no palco uma companhia de anarquistas, de se solidarizar com o *Living Theatre* e de se prestar a fazer um espectáculo na rua (organizado pelas autoridades locais, constituído por amostras dos espectáculos em recinto fechado) para salvar a reputação teatral popular do Festival de Avignon e de Jean Vilar (que toda a gente admirava ou, pelo menos, admirava até agora);

— Que Jean Vilar, tornado representante dos intelectuais de esquerda, tivesse de explicar assim os seus 21 anos do Festival de Teatro mais popular da França: «O Festival nunca foi revolucionário. Como negar que seja prisioneiro da sociedade burguesa e capitalista que já deitamos pelos olhos? Mas é justamente a sua ambição a de reencontrar sempre neste contexto um terreno um pouco menos

64-65-66

«O TEMPO E O MODO» N.º.....

62-63

Provas enviadas à Censura em

22

de 11 de 1968

burguês, um pouco menos capitalista» (2); que, para se defender e ao seu festival tivesse de lembrar a sua demissão dos cargos oficiais depois dos «acontecimentos de maio» e de criar dois «serviços de ordem onde trabalhavam lado a lado elementos fascistas e emmbros do partido comunista francês; que chegasse a dizer: «Pois bem! se aos olhos de alguns me sujei, paciência, o pior seria não ter querido sujar-me» (3) quando se sujou «malgré lui» e mais ainda ao querer convencer-nos do contrário;

— Que os possíveis próximos Festivais de Avignon sejam ou, à vontade do Sr. Roux, preenchidos com os clássicos e a grande avignonesa Mireille Mathieu ou qualquer coisa de muito diferente do que sempre foram; que, de qualquer modo, não sejam Festivais de Avignon à maneira de Gérard Philippe, Casarès e Vilar, sob a protecção vigilante do Sr. Dufaut; que Festivais assim possam já ser considerados por muitos, agora, em França, insuportáveis;

— Que grande parte do público comece a pôr em dúvida (apesar da má informação jornalística sobre o que se contestava em Avignon e do apoio que jornais como o *Le Monde* deram a Jean Vilar) a eficiência e a utilidade actuais, em França, de um teatro popular tipo *T. N. P.* durante muito tempo considerado (e possivelmente com toda a razão) como exemplar e que o seu autor (e com ele tanta outra gente) seja já chamado por muitos fornecedores de super-mercado cultural, reaccionário ou, pelo menos, contrarevolucionário.

LUIS MIGUEL CINTRA



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

64-65-66

«O TEMPO E O MODO» N.º 62-63

Provas enviadas à Censura em
22 de 11 de 1968

345

O FESTIVAL DE AVIGNON 1968 — NOTAS

(1) A todos os inscritos no Centro de Jeunes e das Rencontres, Internationales de Jeunes foi enviado o texto de que se fazem as transcrições que se seguem.

(2) Texto da declaração do Living Theatre:

«O *Living Theatre* decidiu retirar-se do Festival de Avignon:

1.º — Porque, sem que a palavra proibição fosse pronunciada, *Paradise Now* foi proibido pelo município, sob acção repressiva e judiciária;

2.º — Porque os responsáveis do Festival, representados pelo «maire» de Avignon nos proibiram qualquer representação gratuita nas ruas de Avignon, quando a totalidade dos lugares pagos foram vendidos. Estes responsáveis afirmam categoricamente que a população não tem o direito de acesso ao teatro sem pagar;

3.º — Porque temos de escolher entre suportar a ordem do município que suprime a liberdade de expressão e trabalhar para assegurar a nossa própria liberdade e a dos outros;

4.º — Porque temos de escolher entre inclinar-nos perante uma exigência apoiada pela intimação de um oficial de diligências e retirar-nos do Festival que nos vem impedir de representar o que nos tinham pedido que representássemos;

5.º — Porque queremos escolher a solução própria para diminuir o clima de violência que reina na cidade;

6.º — Porque não se pode servir Deus e Mammon, o povo e o Estado, a liberdade e a autoridade, porque não se pode ao mesmo tempo dizer a verdade e mentir, porque não se pode substituir um espectáculo proibido por uma peça, *Antigone*, na qual uja rapúiga, em lugar de obedecer a ordens arbitrárias, cumpre um acto santo;

7.º — Porque chegou o momento de começar finalmente a recusar-nos a servir aqueles que querem que o conhecimento e os poderes da arte pertençam só a quem pode pagar, aqueles que desejam manter o povo na obscuridade, que trabalham para que o poder fique nas élites que desejam controlar a vida do artista e a dos outros homens;

8.º — Porque chegou o momento de fazermos sair a arte do tempo de humilhação e de exploração;

9.º — Porque chegou o momento de dizermos não antes que tenham desaparecido os nossos últimos laivos de dignidade;

10.º — Porque a nossa arte não pode continuar por mais tempo a ser posta ao serviço de autoridades cujos actos contradizem completamente aquilo em que acreditamos;

11.º — Finalmente, porque, apesar de nos desagradar invocar a justiça e a lei, estamos convencidos de que o contrato com a cidade de Avignon já está rompido pelo facto de termos sido impedidos de representar *Paradise Now*. Sentimo-nos, portanto, completamente livres de tomar esta decisão necessária.»

(3) Entrevista dada por Jean Vilar ao Jornal *Le Monde* de 27 de Julho de 1968.

(4) De um cartaz colado nas paredes de Avignon onde se lê, sobre uma fotografia de J. Vilar (o papa e o papá do Festival de Avignon): «Non à la culture de Papape.»



SERVIÇOS DE CENSURA
CORTADO

«O TEMPO E O MODO» N. 64.65-66

Provas enviadas à Censura em

27 de 12 de 196.8



19 de Novembro—Uma visita do ministro do Interior à P. I. D. E. foi pretexto de discursos e saudações. Disse o major Silva Pais, director da P. I. D. E.: «A instrução dos processos nesta Policia realiza-se obedecendo a todas as normas fixadas na lei e, durante ella, os presos são tratados dentro dos preceitos legais e de todos os principios de humanidade. Durante o período prisão preventiva assegura-se-lhes na Cadeia de Caxias, além de adequado e higiênica alimentação, uma eficiente assist-ncia clínica com perfectos serviços de enfermagem e farmacêuticos.» E noutro passo: «Devo acentuar que de longa data e actualmente, como V. Exx.^a sabe, se recebem na Policia ou no Ministério requerimentos ou pedidos para que individuos condenados possam cumprir a pena na prisão de Caxias. É o melhor elogio que se pode fazer aos nossos serviços prisionais.»

Discursou em seguida o ministro do Interior que referindo-se as tarefas con-

SERVIÇOS DE CENSURA
AUTORIZADO COM
CORTES

155

fiadas à P. I. D. E. afirmou: «O modo como têm sido desempenhadas estas missões precisas de ser rigorosamente avaliado e registado.

A história há-de encarregar-se de o fazer, mas, entretanto, é indispensável que sejam dados alguns esclarecimentos (...).

O Presidente do Conselho recebeu durante a tarde o Secretário de Estado, Dean Rusk, tendo este político seguido mais tarde para o seu país.

20 de Novembro—«O nosso ensino liceal está ainda no século *XIA*», com este cabeçalho transcreve o Diário de Lisboa algumas opiniões do ministro da Educação Nacional.

22 de Novembro—Os Bispos portugueses proclamaram a sua adesão à «*Humanae Vitae*».

23 de Novembro—Vai ser aumentado o preço do tabaco para fazer face aos encargos do orçamento.

25 de Novembro—Reabriu hoje a Assembleia Nacional.

27 de Novembro—«*Não sou taumaturgo*». Sob este título transcrevia o matutino Diário de Notícias a comunicação do Presidente do Conselho à Assembleia Nacional.

Continua estacionário o Estado do Presidente Salazar.

186